

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**LINHA DE PESQUISA: PSICOPHATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE**

**VANESSA CARNEIRO BANDEIRA DE CARVALHO**

**O QUE É PEDOFILIA E QUEM É O PEDÓFILO?**

**RECIFE - 2011**

**VANESSA CARNEIRO BANDEIRA DE CARVALHO**

## **O QUE É PEDOFILIA E QUEM É O PEDÓFILO?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, linha de *Psicopatologia Fundamental* e Psicanálise da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Leila Fontes Vieira

Co-Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

C331q Carvalho, Vanessa Carneiro Bandeira de  
O que é pedofilia e quem é o pedófilo / Vanessa Carneiro  
Bandeira de Carvalho ; orientador Luciana Leila Fontes Vieira ;  
co-orientador Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2011.  
136 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Clínica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2011.

1. Psicologia clínica. 2. Rorschach, Teste de. 3. Psicodiagnóstico.  
4. Culpa - Aspectos psicológicos. 5. Crime sexual contra a criança.  
6. Pedofilia. 7. Psicanálise. I. Título.

CDU 159.964.2

**VANESSA CARNEIRO BANDEIRA DE CARVALHO**

**O QUE É PEDOFILIA E QUEM É O PEDÓFILO?**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Luciana Leila Fontes Vieira**

(Orientadora - Universidade Federal de Pernambuco e  
Universidade Católica de Pernambuco)

---

✓ **Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas**

(Avaliadora interna - Universidade Católica de Pernambuco)

---

**Prof. Dr. Luis Felipe Rios**

(Avaliador externo - Universidade Federal de Pernambuco)

**RECIFE – 2011**

*(...) Mato o tempo pra ele não me matar.  
Homem é homem, mulher é mulher.  
Estuprador é diferente, né?  
Toma soco toda hora, ajoelha e beija os pés,  
e sangra até morrer na rua 10.  
Cada detento uma mãe, uma crença.  
Cada crime uma sentença.  
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,  
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,  
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.  
Misture bem essa química.  
Pronto: eis um novo detento  
Lamentos no corredor, na cela, no pátio.  
Ao redor do campo, em todos os cantos.  
Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã...  
Aqui não tem santo.  
Rátátátá... preciso evitar  
que um safado faça minha mãe chorar.  
Minha palavra de honra me protege  
pra viver no país das calças bege.  
Tic, tac, ainda é 9h40.  
O relógio da cadeia anda em câmera lenta.  
Ratatatá, mais um metrô vai passar.  
Com gente de bem, apressada, católica.  
Lendo jornal, satisfeita, hipócrita.  
Com raiva por dentro, a caminho do Centro.  
Olhando pra cá, curiosos, é lógico.  
Não, não é não, não é o zoológico (...)  
Nada deixa um homem mais doente  
que o abandono dos parentes (...)*

**Diário de um detento - Racionais Mc's**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter-me concedido a existência e por ter posto em meu caminho pedras com as quais pude aprender a lapidá-las, tornando-me uma pessoa melhor.

Aos meus pais, Sônia e Jair, por todo o apoio e segurança que me concederam em todos os caminhos que percorri, mesmo quando não estiveram de acordo.

Aos irmãos Alberto e George, pelos incentivos na busca da ascensão profissional.

Ao meu amor, Pedro Alison, por todo o afeto, paciência e companheirismo na concretização desse sonho.

Aos sogros Argemiro (*in memoriam*) e Antônia pela ajuda durante os estudos para a seleção do mestrado.

Aos amigos Ana Christiane, Argênia, Ariosto, Gabrieli, Leninha, Rosiane, Sandra, Thyciana e Vilma que, além da torcida e incentivo, me fazem perceber o quanto posso contar com eles; vocês são um tesouro.

À Karol que, além de corrigir rapidamente e atenciosamente os erros gramaticais, apresentou-se como uma imensa amiga, na hora que precisei.

À Rosália Cavalcanti pela força e ajuda no meu percurso profissional e mestrado. A você eu jamais terei fortuna para pagar e palavras para agradecer.

À minha orientadora, Luciana Vieira, por sua paciência e compreensão. Obrigada por pular na “fogueira” comigo.

À minha co-orientadora Cristina Brito pelo acolhimento imenso e carinhoso.

À Cristina Amazonas pelas aulas de experimental que me fizeram despertar para a pesquisa, a disponibilidade com a qual sempre me recebeu e a aceitação em participar da minha banca examinadora.

Aos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da UNICAP.

Aos colegas do mestrado, principalmente, Dorcas, Fernanda e Daniele pelas grandiosas ajudas e apoios.

Aos colegas do doutorado pela assistência ao me encaminharem artigos referentes ao tema.

Ao Professor Dr. Antônio de Pádua Serafim, que mesmo não o conhecendo pessoalmente, sempre me ajudou por e-mail diante das minhas dificuldades em campo, além de me enviar ótimos materiais para o estudo.

Ao Professor Dr. Felipe Rios por aceitar participar da minha banca examinadora.

À Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco, ao Ex-secretário Humberto Viana, por permitir a minha pesquisa, e ao Coronel Fernando com o qual mantive todo o contato para a realização das visitas às instituições prisionais.

Aos Diretores do Presídio Professor Aníbal Bruno e da Penitenciária Professor Barreto Campelo.

Aos participantes da pesquisa pela disponibilidade em falar sobre suas vidas a uma desconhecida.

O último, mas extremamente importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES por conceder-me a bolsa, com a qual ficou mais viável alcançar a realização total deste sonho.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	<b>09</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>10</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
Artigo Teórico – <b>Um Retrato sobre as Práticas da Pedofilia</b> .....	<b>16</b>
Resumo.....	<b>16</b>
Abstract.....	<b>17</b>
Introdução.....	<b>18</b>
A entrada no campo jurídico.....	<b>19</b>
Estudos pioneiros sobre a perversão sexual.....	<b>21</b>
O contexto atual das pedofilias.....	<b>28</b>
Considerações finais.....	<b>38</b>
Referências.....	<b>42</b>
Artigo Empírico I – <b>Pedofilia: do Sentimento de Culpa à Responsabilização pelo Ato</b> .....	<b>49</b>
Resumo.....	<b>49</b>
Abstract.....	<b>50</b>
Introdução.....	<b>51</b>
Contribuições psicanalíticas sobre a culpa.....	<b>52</b>
Método.....	<b>58</b>
Apresentação e discussão dos resultados.....	<b>63</b>

Considerações finais.....	75
Referências.....	77
<b>Artigo Empírico II – Pedofilia e Rorschach: Análise de Dois Casos.....</b>	<b>81</b>
Resumo.....	81
Abstract.....	82
Introdução.....	83
Uma revisão da literatura sobre os abusadores sexuais.....	84
Método.....	86
Apresentação e discussão dos resultados.....	94
Considerações finais.....	109
Referências.....	111
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>116</b>
<b>Referências.....</b>	<b>120</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>133</b>
<b>Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>134</b>
<b>Anexo B – Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>135</b>
<b>Anexo C - Codificação da classificação do Rorschach.....</b>	<b>136</b>

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo primordial investigar as representações que os pedófilos possuem sobre si e suas vítimas. Para tanto, interrogamo-nos em que medida houve ou não a instauração do sentimento de culpa. Foi utilizada uma metodologia qualitativa, com base no referencial teórico da psicanálise; ao mesmo tempo, outras perspectivas teóricas, como a psiquiatria, neurologia, psicologia e direito, também foram utilizadas para enriquecer as discussões. A pesquisa contou com a participação de três indivíduos, um acusado e dois sentenciados pelo crime de pedofilia. Os instrumentos utilizados foram o Psicodiagnóstico de Rorschach, aplicado e analisado de acordo com Cícero Vaz, e um roteiro de entrevista semiestruturado. A dissertação está dividida em três artigos, sendo um teórico e dois empíricos. O primeiro consta de uma retrospectiva histórica sobre a temática da pedofilia. Salientamos o trabalho da CPI da Pedofilia, como também a inexistência de ações públicas direcionadas ao tratamento dos pedófilos. O segundo abordou um dos participantes, no qual foi observada a existência do sentimento de culpa. Desse modo, foi indagado em que medida o sentimento de culpa, quando transformado em responsabilização, poderia ser um fator de favorecimento no processo de ressocialização. No terceiro, foram abordados os outros dois casos nos quais investigamos as peculiaridades de cada um. Os resultados mostram que não foi encontrada uma marca ou perfil segundo o qual possamos definir o que é o pedófilo, ou seja, não encontramos uma configuração subjetiva específica entre aqueles que são acusados e/ou condenados por abuso sexual tal qual aparece nas definições clínicas psiquiátricas.

**Palavras-Chave:** Pedofilias; Sentimento de Culpa; Psicanálise; Rorschach.

## ABSTRACT

This study had as aim to investigate pedophiles' representations about themselves and their victims. In this way, we question whether there was or not an instauration of the guilt feeling. A qualitative method was used based on psychoanalysis and other theoretical references, such as psychiatry, neurology, psychology and law, which contributed to enrich discussion. Three people participated in the research, one accused and two condemned for pedophilia. The Rorschach Psychodiagnostic Test, under Cícero Vaz's perspective, and a semi-structured interview were used. The research is divided into three papers, one theoretical and two empirical ones. The first paper is a historical retrospective on pedophilia. We highlight the work of the Pedophilia CPI, as well as the lack of public actions for this matter. The second paper regards one of the participants, in whom the guilt feeling was observed. In this way, we question to what extent the guilt feeling, when transformed in accountability, could favor the process of resocialization. The other two cases were studied in the third paper, in which we investigate the functioning of the denial mechanism. Results show that there is no mark or profile to define what is a pedophile, in other words, we have not found a specific subjective configuration among those who are accused and/or condemned by sexual abuse, such as it appears in clinical classical definitions.

**Keywords:** Pedophilias; Guilt feeling; Psychoanalysis; Rorschach.

## INTRODUÇÃO

Embora o abuso sexual<sup>1</sup> contra crianças sempre tenha existido na história da humanidade, atualmente vem sendo amplamente difundido nos meios de comunicação. As variadas formas de violência sexual (incesto, pedofilia, pornografia e prostituição infantil, dentre outros), dão visibilidade a um contexto bastante problemático em nossa sociedade. O Brasil, muito conhecido internacionalmente como a terra do sol e possuidor de belezas naturais, mostra um cenário aterrorizante. Em 2006, por exemplo, liderou o *ranking* dos principais polos de pedofilia na internet. Hoje, embora ainda esteja entre os dez mais, atua em campanhas que buscam conscientizar pessoas a denunciarem os indivíduos que praticam qualquer ato referente à violência sexual contra menores (Agência Notisa de Jornalismo Científico, 2008; Paiva, 2008).

A prática da pedofilia, herdeira de um caráter pejorativo desde os primeiros estudos sobre as perversões sexuais no século XIX, nunca foi tão rechaçada como nos dias atuais. De acordo com Roudinesco (2008), o ódio que a sociedade atual lança sobre os pedófilos assemelha-se à marca da violência sofrida pelos homossexuais. Nesse sentido, ela afirma que em cada sociedade e em cada época elege-se uma perversão para agir com perversidade sobre a mesma. Então, hoje o pedófilo é percebido como não humano recaindo sobre ele o véu do desprezo e da tortura.

---

<sup>1</sup> O abuso sexual é definido pela Associação Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência – Abrapia (2007, citado por Caravelas, 2008, p. 19) como uma “situação em que a criança ou adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, *voyeurismo*, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração com ou sem violência física.”

O interesse científico sobre a problemática nuança do abuso sexual infantil direcionou-se para as vítimas traumatizadas pelos efeitos dessa violência. Porém, o aumento das denúncias motivou uma expansão dos estudos, passando a focar também o autor de tal ação. Atualmente, é perceptível o quanto essas pesquisas foram ampliadas e crescem a cada dia.

Estudos (Dunaigre, 1999; Serafim, 2008; Spizirri, 2008) mostram que é possível haver mudanças no comportamento pedofílico, o que possibilitaria uma intervenção preventiva. No entanto, a dificuldade, nos casos em que se apresentam na clínica, passa pela aceitação do pedófilo em fazer psicoterapia, em se permitir ser escutado, encontrar um psicoterapeuta que o acolha, dentre outros. No sistema prisional, a falta de profissionais qualificados e a alta demanda de casos impedem um tratamento. Na comunidade, poucos são os estados brasileiros onde há grupos terapêuticos voltados para o acolhimento dessas pessoas. Sendo assim, podemos dizer que, atualmente, aos agentes da violência sexual contra crianças, apenas lhe são dadas punições.

Neste estudo, entendemos a pedofilia como qualquer prática sexual exercida por um adulto contra uma criança ou pré-púbere. Os atos podem variar desde a contemplação de fotos e filmes eróticos até estupros praticados contra esses menores. Nesse sentido, poderíamos afirmar que há diversas nuances de práticas pedofílicas, ou seja, não fundamentamos a pedofilia apenas sob os moldes do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM IV.

A Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco (SERES) nos possibilitou a inserção em duas unidades prisionais localizadas na

Região Metropolitana do Recife<sup>2</sup> nas quais encontramos os participantes da pesquisa. A primeira foi o Presídio Professor Aníbal Bruno (PPAB), localizado no bairro do Sancho, em Recife, que acolhe os casos que ainda não foram julgados. Inaugurado em março de 1979, tem capacidade para 1.400 presos, mas, atualmente, abriga 3.600. A segunda instituição foi a Penitenciária Professor Barreto Campelo (PPBC), fundada em dezembro de 1973, que está localizada na Ilha de Itamaracá. A sua capacidade é de 1.350 detentos, e atualmente tem aproximadamente 1.092. É considerada uma penitenciária de segurança máxima, destinada a abrigar pessoas em regime fechado e que cometeram diversos crimes.

Pensamos em realizar a coleta dos dados em unidades prisionais por acreditarmos que seria o local mais indicado para encontrar a população desejada. Durante toda a pesquisa, encontramos inúmeras dificuldades que limitaram não apenas a amostra, mas a pesquisa, uma vez que impossibilitou maiores reflexões. Dentre eles citamos: poucos casos encontrados em ambas as instituições; a não aceitação por parte dos protagonistas do abuso sexual em participar da pesquisa e a negação das práticas pedofílicas. Desse modo, contamos apenas com três participantes: um caso confesso e não julgado no PPAB e dois casos não confessos, porém sentenciados na PPBC. Dada a escassez da amostra, não demarcamos o nível socioeconômico, nem a idade e nem semelhanças quanto ao crime. Apenas utilizamos como critério a prática da violência sexual contra crianças e/ ou pré-púberes e o desejo de participação na pesquisa.

Este trabalho aderiu aos moldes da investigação qualitativa e foi desenvolvido, principalmente, a partir do referencial teórico da psicanálise. Para

---

<sup>2</sup> Esta Região é composta pelos municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD).

tanto, utilizamos conceitos psicanalíticos da obra freudiana e ferencziana, como também autores contemporâneos como Hisgail, Cohen, Calligaris e Roudinesco. Outros referenciais, como os da psiquiatria, neurologia, psicologia e direito, também foram utilizados com a finalidade de dar maior sustentabilidade às discussões referentes ao tema proposto. Como instrumentos, utilizamos o Psicodiagnóstico de Rorschach, sob os moldes de Cícero Emídio Vaz, e a entrevista semiestruturada. A coleta ocorreu entre fevereiro e abril de 2010. Na análise das informações, primeiramente codificamos e interpretamos os dados do Rorschach. Em seguida, utilizamos na entrevista a análise de conteúdo temática. Este tipo de análise dedica-se à investigação do sentido contido nas falas dos entrevistados (Turato, 2003). Desse modo, encontramos três eixos em nossa investigação: Concepções sobre pedofilia, Representações sobre as crianças e Instauração ou não do sentimento de culpa.

Salientamos que todas as providências éticas foram tomadas para a elaboração desta pesquisa. Desde a submissão e aprovação no Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco até o sigilo sobre as informações cedidas pelos participantes.

Mediante o exposto, o presente estudo é composto por três artigos, sendo um teórico e dois empíricos. No primeiro, realizamos uma breve revisão histórica sobre a pedofilia. Para tanto, percorremos as diversas concepções sobre a temática, buscando problematizar os conceitos existentes sobre a categoria, destacando alguns casos que ocorreram no Brasil, a atualização da legislação, a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia e a inexistência de ações públicas interventivas voltadas para o pedófilo.

O segundo artigo se refere a um caso de abuso sexual incestuoso, a partir do qual observamos a existência do sentimento de culpa. Os conceitos psicanalíticos foram utilizados para analisar a formação do sentimento de culpa e suas implicações. Nesse sentido, indagamos em que medida o sentimento de culpa, quando transformado em responsabilização, poderia favorecer o processo de ressocialização, pois sabemos que o sentimento de culpa, em si mesmo, pode aprisionar o sujeito às lembranças passadas e indesejadas produzindo, por exemplo, sofrimento psíquico.

No terceiro abordamos dois casos não confessos de crime de pedofilia. O primeiro focando a violência sexual intrafamiliar e o segundo, extrafamiliar. Nesse capítulo investigamos as peculiaridades de cada caso. Para tanto, utilizamos, por exemplo, os estudos de Almeida-Prado e Pereira, Forward e Buck, Marsden, Marques, Ramos, Moura e Narvaz, dentre outros autores.

## UM RETRATO SOBRE AS PRÁTICAS PEDOFÍLICAS

*Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho*

*Luciana Leila Fontes Vieira*

*Cristina Maria de Souza Brito Dias*

### RESUMO

Existente desde os primórdios da humanidade, a prática da pedofilia transmuta-se a cada dia, sendo hoje considerada um problema de saúde pública. Este artigo traçou a trajetória histórica do tema partindo da Antiguidade. Buscamos compreender como as mudanças de concepções sobre as denominadas perversões sexuais contribuíram para o surgimento da categorização atual de pedofilia. Para tanto, dissertamos sobre mudanças referentes aos direitos de crianças e adolescentes, que fizeram surgir legislações que garantiram melhorias aos jovens. Também explanamos sobre alguns acontecimentos históricos ocorridos no território nacional e salientamos o trabalho da CPI da Pedofilia com suas contribuições e questionamentos no contexto penal. Defendemos a impossibilidade de olhar a pedofilia apenas sob o ângulo da vítima, considerando a necessidade de dar também atenção aos pedófilos, numa tentativa de prevenir novos casos, integrando tratamento e punição.

**Palavras-chave:** História; Pedofilias; Legislação.

## A VIEW OF PEDOPHILE PRACTICES

### ABSTRACT

Existent since human kind beginnings, pedophile practices change every day and it is considered a public health problem nowadays. This paper presents the theme's historical path since Antiquity. We have searched to understand how conceptual changes on the so called sexual perversions contributed to the current categorization of pedophilia. In order to do so, we have explained the changes on children and adolescent's rights that guaranteed laws for young people's interests. We have also written about historical events occurred in national territory, highlighting the work of the Pedophilia CPI and its contributions and questionings regarding penal context. We defend the impossibility to look at pedophilia through the victims' eyes only, considering the need to also care about pedophiles, in an attempt to prevent new cases and integrate treatment and punishment.

**Keyword:** History; Pedophilias; Legislation.

## INTRODUÇÃO

As práticas da pedofilia ocupam, atualmente, um lugar de destaque na mídia impressa e televisiva. Nesse sentido, os inúmeros atos pedofílicos<sup>3</sup> (incesto, atos libidinosos, turismo sexual, prostituição e pornografia infantil, pedofilia, entre outros) vêm sendo descobertos e divulgados, cotidianamente, repercutindo no processo de mutação da legislação brasileira. Frequentes são os escândalos revelados sobre a Igreja Católica nos quais padres se relacionam sexualmente com coroinhas, casos de pais/ padrastos que engravidam filhas/ enteadas, pessoas que produzem e distribuem material pornográfico, outras que estupram e por vezes matam crianças brutalmente.

O termo pedofilia etimologicamente origina-se do grego *pados* (criança) e *filia* (atração, amizade, afeição, preferência), significando, assim, atração por criança(s). De fato, a pedofilia é uma prática tão antiga quanto a nossa sociedade ocidental e, embora ainda não houvesse a categoria, há relatos de sua existência na Antiguidade. Segundo De Masi (2008), na Grécia Antiga, a relação sexual entre jovens e adultos, apenas entre pessoas do sexo masculino, possuía uma concepção pedagógica, ou seja, fazia parte do processo de aprendizagem daquela cultura. Tais jovens deviam ter idade a partir de 12 anos, sendo proibida essa prática com as crianças de idade inferior. Em Roma, Carter-Lourensz e Johnson-Powell (1999, citados por Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006) afirmam que Tibério – imperador romano – possuía interesses sexuais por crianças. Há relatos de que ele as levava para a ilha de Capri, onde as obrigava a satisfazer seus impulsos sexuais

---

<sup>3</sup> Utilizamos o termo “atos pedofílicos” para nomear qualquer tipo de abuso sexual cometido contra crianças e/ou pré-púberes (menores de 14 anos).

com os mais diversos atos. Ainda em Roma, mediante Mira e Pinheiro (2008), o pai ancorado no fato de possuir o poder de vida e de morte sobre os que dependiam dele, podia manter relações sexuais com seus filhos. No mundo árabe, há registros da prática sexual entre adultos e crianças, destacando-se o sexo dos samurais com suas jovens amantes que apenas adquiriam sua libertação quando adultas. No Egito, as crianças eram submetidas aos caprichos sexuais dos faraós. Outro povo que também praticou a pedofilia foram os chineses, que castrava os meninos para serem vendidos a ricos pederastas. Esse foi um comércio reconhecido por milênios. No mundo islâmico, a rígida moral que ordena as relações entre homens e mulheres foi, não raro, compensada pela tolerância para com a pedofilia homossexual. Em alguns países, isso durou até pelo menos o começo do século XX (Carvalho, 2002).

No Brasil, em épocas não tão remotas, quem nunca conheceu pessoas que vieram de casamentos em que a mulher era bem mais nova que o homem, sendo ainda uma pré-púbere? Naquela época, tais casamentos eram culturalmente aceitos, sem serem vistos como uma prática pedofílica. No entanto, com o passar dos tempos, as concepções foram mudando, não sendo mais aceita essa desproporção entre as idades, além da desigualdade física e psíquica.

### **A entrada no campo jurídico**

Segundo Felipe (2006), as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes nem sempre foram passíveis de punições. No Brasil, apenas com a chegada dos anos 90, do século XX, se iniciaram grandes mudanças sobre o direito das crianças e adolescentes, dentre elas a proteção ao menor contra os abusos sexuais. A partir de então, a infância e a juventude vêm ganhando visibilidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, foi o fruto, em nosso país, de várias discussões realizadas internacionalmente como, por exemplo, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 1989. Essa Convenção trouxe para o contexto jurídico mundial a ideia da proteção integral ao menor que foi ratificada pelo Brasil em 1990. Pouco tempo antes, em 1988, a Constituição Federal, no artigo 227, atesta que é dever da família, da sociedade e do Estado serem responsáveis pelos cuidados e pela proteção do menor:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal, 1988, p. 91).

Diante desse contexto, os conceitos de infância e família, bem como as formas de relações existentes entre crianças ou pré-púberes e adultos foram sofrendo transformações ao longo dos tempos. Hoje, por exemplo, a nossa sociedade não aprova o casamento entre pré-púberes e adultos. Nessa perspectiva são utilizadas categorias e literaturas científicas que buscam mostrar o quando essa relação é desproporcional e como uma criança ou pré-púbere não possui discernimento para se envolver sexualmente com adultos. Vale lembrar, como nos fala Camphausen (2001, citado por Guizzo & Felipe, 2003, p. 03) que “as sociedades vão mudando de geração em geração também no que diz respeito aos costumes e moralidades sexuais”.

Sendo assim, buscamos retratar através de fatos históricos o contexto atual das pedofílias percorrendo as diversas concepções advindas da Antiguidade até a atualidade.

### **Estudos pioneiros sobre a perversão sexual**

A pedofilia, hoje categorizada como uma parafilia, ou seja, um distúrbio de preferência sexual, relacionado à escolha do objeto sexual. Sendo caracterizada por anseios, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns e causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. Essa prática, fora no século XIX, denominada perversão sexual. No entanto, a mudança de nome não altera o significado que procura passar. Segundo Ferraz (s.d.), a vantagem em modificar a palavra se refere ao fato de eliminar o juízo de valor negativo que possui a nomenclatura de perversão, uma vez que, não raro, associa-se à ideia de perversidade. O termo pedofilia surgiu com o advento da psiquiatria, nesse mesmo século.

Desde muito antes de Freud, o campo das perversões era intensamente pesquisado. Inicialmente, pelo domínio legislativo, o qual punia os comportamentos perversos quando causavam escândalo público, e em casos de atentado ao pudor, levando em consideração a idade e o consentimento. No que concerne à Medicina, as análises sobre o tema surgiram tardiamente, uma vez que a área se debruçava sobre as perversões apenas a pedido dos magistrados. Assim, foi na primeira metade do século XIX que Lunier, com o “caso do sargento Bertrand” – um necrófilo envergonhado pelos atos que praticava que, ao ser preso, foi levado para o presídio

e não para o manicômio –, introduziu a perversão nos estudos médicos, considerando-a, no entanto, uma alienação mental. Vale salientar, que a perversão foi, primeiramente, estudada pela Patologia Geral e só muito depois pela Psiquiatria (Lanteri-Laura, 1979).

A partir do século XX, a psiquiatria francesa impôs a prevalência do termo “perversões sexuais” (no plural) como sinônimo de anomalia e aberração. No entanto, tais sinônimos desapareceram do uso cotidiano, prevalecendo perversões, porém, sem adjetivo. O termo, quando utilizado no plural, passou a se referir às especificidades da sexualidade.

O interesse inicial da Medicina pelo conhecimento das perversões, datado de meados do século XIX, deu-se através do estudo da homossexualidade, com o intuito de conhecer melhor os fenômenos em causa e modificar o Código Penal Germânico<sup>4</sup> de 1810, posto que era bastante repressivo, no que se refere às práticas homossexuais. Acreditava-se que, a partir de tais estudos, seria possível opor-se a tal legislação: [...] “tornar a homossexualidade conhecida como um fenômeno que nada tinha de monstruoso, mas representava uma variedade rara e talvez doentia de acesso ao gozo, susceptível de eventual tratamento e imprecisa, mas, sobretudo digna de respeito e tolerância” (Lanteri-Laura, 1979, p. 29).

Desse modo, percebe-se que toda a categorização da perversão surgiu com o advento da Medicina Psiquiátrica para nomear o que era normal e patológico. Assim, os estudos sobre as perversões sexuais trouxeram consigo várias obras no decorrer do século XIX.

---

<sup>4</sup> Código vigente nos países de língua germânica com postura repressiva e punitiva no que se refere às práticas homossexuais. No entanto, em alguns países que aderiam a tal Código, tais práticas eram permitidas, desde que houvesse consentimento e maior idade; o mesmo não acontecia em outros lugares como, por exemplo, na Prússia, que punia a sodomia entre homens.

Segundo Peixoto Jr. (1999), dentre os principais pesquisadores poderíamos citar Cabanis, 1844, que fez com que seus estudos entrassem definitivamente no campo da Psiquiatria. Ele acreditava que as diferenças anatômicas entre os sexos são a fonte das tendências e dos hábitos, passando a atribuir à sexualidade a essência na formação das relações interpessoais. Assim, o sexo passou a ser considerado ponte entre os instintos sexuais e sociais, percebido como o limite entre o físico e o cultural.

Heinrich Kaan, paralelamente às ideias de Cabanis, com sua dissertação *Psycoopathia sexualis*, definiu a masturbação como o resultado de um excesso fantasmático que poderia resultar em várias perversões. Porém, foi com a publicação de Michéa, 1849, que ocorreu uma separação nas teorias sexológicas. Este afirmou que as perversões não deveriam ser observadas como ações causadas pelo excesso de fantasias, mas tratadas como fenômeno fisiológico: o comportamento perverso era causado por uma mutação de ordem biológica. Sendo assim, tal hipótese proporcionava uma reversão nas relações entre o sexual e os danos no sistema nervoso. Segundo Peixoto Jr. (1999), “não é mais o cérebro que é afetado pelos atos sexuais desviantes, pois são as mudanças fisiológicas ou neurológicas que produzem as aberrações sexuais” (p. 35).

Através desses estudos, a Medicina passou a formular, cada vez mais, pesquisas sobre as perversões e o sexo, relacionando os desvios do comportamento e o desenvolvimento psicofisiológico dos sujeitos.

Outro pesquisador que contribuiu para tais estudos foi Morel, criador da teoria da degenerescência, em 1857. Essa teoria baseava-se no pressuposto de que haveria uma degeneração mental progressiva no que se refere às gerações sucedentes. Dessa forma, nervosos gerariam neuróticos, que produziriam

psicóticos, que gerariam idiotas ou imbecis, e assim seria até a extinção da linhagem defeituosa (Oda, 2001). Mediante Peixoto Jr. (1999), a psiquiatria dessa época alegava que o degenerado era um indivíduo intelectualmente degradado, logo, não possuía razão e era o exemplo de um estado moral inadmissível pelo racionalismo. Sendo assim, a degenerescência era definida como um desvio perfeito que era transmissível hereditariamente. A teoria buscou articular e permitir referências mútuas entre a medicina das perversões e os programas de eugenia. Assim, explicava não apenas como a hereditariedade podia produzir um perverso sexual, mas como uma perversão sexual propiciava um esgotamento na descendência, como o raquitismo dos filhos e a esterilidade das gerações futuras.

Podemos destacar também a obra de Ulrichs, entre 1864 a 1870, considerada a primeira produção científica sobre a homossexualidade. Ele foi o criador do termo “uranismo”, que significava categorizar os invertidos como homens com a alma de mulher que desejavam e se apaixonavam apenas por homens vigorosos. O uranismo se constituía como uma disposição peculiar da natureza que não poderia ser modificada. Dito de outra forma, os uranistas estavam submetidos a uma ordem congênita e imutável. Para conseguir o direito à liberdade sem repressão penal, Ulrichs alegou que o uranismo era uma forma de sentir prazer, própria de homens dignos de estima moral e social, não sendo eles nem devassos nem doentes mentais (Lanteri-Laura, 1979).

Depois, em 1870, surgiu Westphal com o termo “inversão sexual” que substituiu o uranismo. A obra que marcou seus estudos referia-se a um artigo sobre o caso de uma jovem que gostava de mulheres. Assim, criou a categoria de *conträre Sexualempfindung* que significa sensibilidade sexual inversa caracterizando os casos de inversão em mulheres.

No entanto, os pesquisadores se depararam, entre os anos de 1886 a 1889, com opositores como Schrenck-Notzing (Alemanha) e Alfred Binet (França), dentre outros. Eles alegavam que a inversão era adquirida na infância devido a uma emoção muito intensa ou a alguma tentativa de sedução por parte de um adulto. Nessa perspectiva, a inversão foi considerada como um estado adquirido, podendo ser tratada através da hipnose, terapêutica psicológica, que deveria corrigir os casos de inversão (Lanteri-Laura, 1979; Peixoto Jr., 1999).

Os estudos continuaram e, em 1893, surgiram as pesquisas de A. Moll. Essas se fundamentaram na investigação clínica e considerou tanto os aspectos sociais como os sexuais dos casos estudados. Moll acreditava também no aspecto congênito, no entanto, admitiu a existência de casos em que a inversão se dava de forma adquirida. Os nomeou de excepcionais possuidores de traços degenerativos e de antecedência hereditária. Mesmo defendendo que a inversão possuía aspecto patológico, alegava que cada um deveria sentir o orgasmo de forma que lhe possibilitasse proveito e satisfação (Lanteri-Laura, 1979).

Podemos perceber que os estudos iniciais sobre a inversão sexual, além de buscar abolir os casos da legislação penal, mostraram que os mesmos podiam ser normais e que existiam várias formas de se chegar ao orgasmo, sem que fosse considerada alguma disfunção sexual.

Lanteri-Laura (1979) disse que, diante do contexto das investigações sobre as perversões sexuais, surgiu, em 1897, Krafft-Ebing com a obra *Psychopathia sexualis* considerada um clássico da nosografia médica sobre a sexualidade. O autor buscou, nessa obra, organizar a diversidade das perversões, separando as anomalias do instinto sexual, em quatro grupos: anestesia (o instinto enfraquece, proporcionando seu desaparecimento); hiperestesia (o instinto funciona de maneira

anormal, ou seja, acentuado); parestesia (manifestação perversa que não tem como objetivo a continuação da espécie) e paradoxia (o instinto se manifesta fora do momento anatomofisiológico adaptado dos órgãos genitais). No que se refere ao termo pedofilia, segundo De Masi (2008), foi nessa obra clássica que o nome apareceu pela primeira vez. A pedofilia foi especificada como doença, estabelecendo-se o termo “pedofilia erótica”. Krafft-Ebing a reduziu ao julgamento moral e ligou-a a uma predisposição mórbida.

Magnan, nos anos de 1880 a 1890, estabeleceu uma ligação das perversões com o sistema nervoso central, alegando que só assim a clínica se transporia do nível das aparências para o nível da anatomofisiologia, ascendendo literalmente ao campo da ciência. A sexualidade correspondia normalmente a um funcionamento harmonioso e equilibrado das relações entre o arco reflexo espinhal e os centros corticais. Logo, foi possível classificar as perversões fornecendo-lhes uma explicação neurofisiológica de conjunto, com um modelo simples e uma terminologia anatômica. Quatro foram os grupos patológicos e, de acordo com a área neurofisiológica afetada, uma determinada anomalia era definida. Por exemplo: algum problema causado na região espinhal formaria o onanismo no idiota completo, algumas impotências e certas ninfomanias; caso a afetação fosse na área espinhal-cerebral posterior, ocorreriam casos de satiríases, formas de homossexualidade e exibicionismo; na localização espinhal-cerebral anterior, casos de representações e imagens perversas relacionadas à evolução sexual e ao orgasmo e na área cerebral anterior formariam erotomaníacos. Assim sendo, as perversões sexuais entraram no grupo da patologia cortical (Lanteri-Laura, 1979).

Contudo, quando Freud entrou nesse debate, as verdades existentes em tais obras passaram a ser questionadas; principalmente após a publicação, em 1905,

dos *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*. De fato, Freud colocou em xeque os papéis da hereditariedade e da degenerescência mental. Ele não rejeitou a hereditariedade, mas criticou-a uma vez que apenas explicava os fenômenos mais gerais e não dava importância à singularidade dos casos. Ainda nessa obra, o autor aproxima as perversões da normalidade quando relata que todos nós apresentamos aberrações sexuais, pois são inerentes à nossa subjetividade, mas não é isso que faz de nós perversos (Freud, 1905/1996). Vale salientar que nessa época todo o comportamento atípico, ou seja, aquelas relações que não eram realizadas por homens e mulheres com a finalidade da reprodução, era percebido como uma perversão sexual.

No que se refere às perversões sexuais relativas ao objeto, essas concerniam fundamentalmente à inversão sexual, que podia ser: absoluta, bissexual e invertidos ocasionais. Paralelamente à inversão sexual, havia outras aberrações sexuais ligadas ao objeto, a saber, a pedofilia e a zoofilia que seriam veículos para a descarga da tensão sexual.

Em suma, Freud disse que, para a realização plena do ato sexual, é necessário que ocorra a superação das fases psicosexuais; no entanto, quando ocorre experiência desagradável ou traumática numa das fases, pode haver o surgimento de uma fixação libidinal – o sujeito prende-se a uma fase ou um objeto, por exemplo, e apenas consegue chegar ao gozo através de uma finalidade exclusiva – ocorrendo, conseqüentemente, a perversão.

## **O contexto atual das pedofilias**

A pedofilia é instituída como um conceito clínico psiquiátrico através do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM IV (1995). Ela é qualificada como um distúrbio psíquico caracterizado por fantasias sexualmente excitantes, recorrentes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividades sexuais com crianças, geralmente, de treze anos ou menos, ao longo de um mínimo período de seis meses. Tais fantasias, impulsos ou comportamentos causam sofrimento clinicamente significativo, prejudicando o funcionamento social, ocupacional ou de outras áreas importantes na vida do pedófilo. O pedófilo deve possuir no mínimo dezesseis anos e ser pelo menos cinco anos mais velho que a criança. No entanto, não se deve incluir indivíduos no final da adolescência envolvidos em um relacionamento sexual contínuo com uma criança de doze ou treze anos de idade, antes de fazer um julgamento clínico levando em consideração tanto a maturidade sexual da criança quanto a diferença de idade.

Pessoas com esse diagnóstico podem sentir atração sexual apenas por meninos, outros por meninas e outros por ambos os sexos, sendo que a maioria das vítimas são meninas. Existe também uma diferença quanto ao tipo de interesse, podendo ser exclusivo (atração apenas por crianças) ou não exclusivo (atração por crianças e por adultos). E ainda pode ser limitada ou não ao incesto.

Podem ainda praticar os atos a partir de anseios, ou seja, podem agir de forma que as suas atividades consistam em despir e observar a criança exhibir-se, masturbar-se na presença da mesma ou tocá-la e afagá-la. Outros podem realizar sexo oral, penetrarem a vagina, boca ou ânus da criança com os seus dedos, objetos ou pênis, sendo muitas vezes utilizados atos violentos. Assim, pode-se dizer

que, na maioria das vezes, a pedofilia se manifesta juntamente com outras práticas parafilias, tais como: voyeurismo, exibicionismo e sadismo, por exemplo (DSM IV, 1995).

Definir a pedofilia sob um único viés não parece algo possível, uma vez que, para tal definição, são utilizadas várias perspectivas teóricas. Vimos acima a definição da psiquiatria, percebendo-a como um transtorno de preferência sexual. Todavia, para a psicanálise, segundo Libório (2004, citado por Landini, 2005), a pedofilia consiste na fixação em uma das fases do desenvolvimento psicosexual anterior à fase genital. Assim, o pedófilo apresenta uma sexualidade imatura e pouco desenvolvida, ocasionando medo diante de uma relação com adultos e identificando-se com as crianças, percebendo-as como parceiras nos jogos sexuais; dessa forma, mantém uma ilusão de potência diante da criança.

Quanto à definição apresentada num contexto social, Landini (2003) mostrou que a mídia impressa forma um conceito de pedofilia quando a discute sob as formas de abuso sexual, estupros, incestos, dentre outros, ou seja, ela trata a pedofilia não como um transtorno, mas como qualquer ato de violência sexual praticado por um adulto contra uma criança ou pré-púbere. E, em alguns momentos, relaciona-a com a pornografia infantil. Desse modo, em 2005, relatou em sua tese que a pedofilia e o abuso sexual são diferentes: no primeiro há a contextualização de uma doença, enquanto que o segundo está ligado aos ganhos, remunerados ou não, que se pode ter com os corpos infantis.

Chamou-nos a atenção ainda para os casos nos quais a punição é amenizada quando o criminoso consegue um diagnóstico de doente mental com base na pedofilia. Nesse caso, o transtorno serve de justificativa para explicar o crime (Landini, 2005).

Na nossa pesquisa, embora não estejamos negando nenhuma das concepções sobre a pedofilia, adotamos uma leitura que a compreende como uma das formas de violência sexual que pode variar desde a contemplação de fotos e filmes eróticos até estupros praticados contra crianças e pré-púberes. Sendo assim, acreditamos que várias são as faces dessa problemática, o que nos impede de reduzi-la a um conceito restrito ao diagnóstico clínico. Pois, como bem nos falou o psiquiatra especializado em pedofilia, Dunaigre (1999), “classificações estão longe de refletir os múltiplos elementos que compõem a personalidade do pedófilo” (p. 17).

Alguns casos de repercussão no Brasil nos mostram o quanto a pedofilia vem mudando e se ampliando. É interessante perceber que essas pessoas não são monstros à espera da presa e que estão fora da sociedade. Pelo contrário, muitas vezes são pessoas amigáveis, integradas à comunidade e livres de qualquer suspeita. Citamos o caso do juiz Francisco de Assis Timóteo Rodrigues em São José do Belmonte – PE que foi acusado em 2009 de promover festas na piscina de sua casa com garotos, das quais participavam políticos, policiais e líderes locais. (Ferreira, 2009). Outro caso que ganhou destaque na mídia foi o do juiz do trabalho no interior do Amazonas, Antônio Carlos Branquinho, vulgo Tio Branquinho, apelido dado pelas meninas. A Polícia Federal passou a investigá-lo após a denúncia feita por uma moradora de Tefé – AM que apresentou fotos nas quais apareciam crianças nuas e algumas fazendo sexo com o juiz, tudo isso na sede da Vara do Trabalho em Tefé. Foram apreendidos 22 HDs de computador que continham as orgias do juiz. A Polícia Federal descobriu que Branquinho manteve relações sexuais com pelo menos oito menores (Escosteguyr, 2009).

Houve ainda, o caso Catanduva – SP que foi descoberto em 2008, mas perdurou por 2009, pois surgiam, a cada momento, novas denúncias. Segundo Diniz

e Coutinho (2009), várias mães fizeram denúncias à polícia e ao Ministério Público de Catanduva, de que seus filhos foram abusados sexualmente pelo borracheiro José Barra Nova de Mello, 46 anos. Ao que parecia, era uma rede de pedofilia muito bem esquematizada. As crianças que foram ouvidas pela polícia falaram que foram obrigadas a assistir a filmes pornográficos e a vê-lo nu. Outras ainda sofreram abusos físicos. Foi descoberto ainda que, juntamente com o sobrinho do borracheiro, William Mello de Souza, de dezenove anos, dois menores também participavam do aliciamento dos menores. Esses envolvidos tiveram seus processos encaminhados para o Ministério Público juntamente com suas devidas punições. Todavia, o inquérito, que parecia finalizado, foi novamente aberto, quando as mães das crianças abusadas procuraram a Justiça e informaram que havia mais suspeitos. Com o novo inquérito, as crianças identificaram por fotos as casas onde foram abusadas. Então, foram encontrados um médico e um empresário, ambos acusados que relataram haver mais quatro envolvidos. E, assim, foi descoberta uma rede de pornografia infantil e pedofilia, da qual faziam parte pessoas de diversas classes socioeconômicas.

Sabemos que casos de pedofilia não estão apenas associados a pessoas que possuem situação economicamente favorável. Podemos dizer que atualmente os pedófilos, via de regra, podem ser descritos como qualquer pessoa que utilize uma criança ou pré-púbere para suprir seus desejos sexuais independente de sua classe social, religião ou etnia. Inclusive muitas vezes pode possuir parentesco com a criança da qual abusa, caracterizando uma pedofilia incestuosa (DSM IV, 1995; Dunaigre, 1999; Diniz & Coutinho, 2009).

O famoso caso Alagoinha é um belo exemplo. Em fevereiro de 2009, na cidade de Alagoinha – PE, uma menina de nove anos de idade engravidou do

padrasto e foi submetida a um aborto legal. Segundo ela, seu padrasto a abusava sexualmente desde os seus seis anos. O caso tomou repercussão internacional quando o arcebispo de Olinda e Recife – Dom José Cardoso Sobrinho –, juntamente com o apoio do Vaticano, excomungou todos os que participaram do aborto (JC Online, 2009). Caso semelhante ocorreu em abril de 2010, em Jaboatão dos Guararapes, no mesmo estado, quando uma menina de dez anos engravidou do padrasto, submetendo-se também a um aborto. Ela informou que sofria os abusos desde os oito anos de idade (JC Online, 2010).

E quanto à Igreja Católica? O que podemos dizer sobre os escândalos sexuais cometidos contra menores? Há uma infinidade de relatos sobre padres envolvidos em escândalos sexuais pelo mundo, principalmente nos Estados Unidos. Em abril desse mesmo ano, o padre Luiz Marques Barbosa, 83 anos, foi preso em Arapiraca – AL. Ele foi acusado por praticar pedofilia quando algumas imagens foram divulgadas nas quais o mesmo praticava sexo com um ex-coroinha (O Globo, 2010).

Quanto aos escândalos sexuais, numa entrevista concedida para a Folha Online (2010), o Papa Bento XVI disse que “a Igreja precisa reconhecer a terrível verdade dos abusos sexuais e que os maiores inimigos estão dentro da própria instituição”. Ao que parece, a Igreja Católica vem enfrentando um dos seus piores momentos devido à descoberta de atos pedofílicos envolvendo padres e crianças. O escândalo atinge até mesmo o papa Bento XVI, pois foi acusado de acobertar padres pedófilos na época em que era arcebispo de Munique, entre 1977 e 1981.

Mas, casos de violência sexual contra menores perpassam os tempos, não sendo acontecimentos recentes. Assim, não podemos deixar de citar os casos

Leonardo Chaim e Eugênio Chipkevitch que tiveram bastante repercussão, no Brasil.

O biólogo Leonardo Chaim foi acusado, em 1999, de praticar pedofilia e traficar material pornográfico infantil. Segundo Hisgail (2007), foi através desse caso que o termo pedofilia popularizou-se no Brasil. Leonardo Chaim se autodefinia como um *boy lovers* uma vez que acreditava não ser normal a tentação que experimentava, porém, era incontrolada e impulsiva. De acordo com a autora “os *boy lovers* distinguem-se dos pedófilos, estupradores e molestadores, julgando que a infância seria o melhor período para praticar atos libidinosos com adultos mais experientes” (p. 50). O interesse de Chaim por meninos surgiu quando tinha onze anos; aos treze, fotografava e guardava para si as imagens. Ao que parece, era do tipo exclusivo, seduzia apenas meninos na faixa etária de dez a doze anos.

O caso do pediatra Eugênio Chipkevitch aconteceu em São Paulo, em 2002. O médico possuía preferência por garotos com idades variáveis entre os nove aos quinze anos. Os meninos eram sedados para viabilizar o abuso sexual. Ele foi descoberto através de fitas de vídeo que foram encontradas por um técnico em telefonia que as entregou para a polícia e para algumas emissoras de TV. Segundo o acusado, ele gravava as imagens para poder vê-las depois em casa (Carelli, 2002).

Até o momento, citamos casos de pessoas que concretizaram o ato. Mas, e aqueles sujeitos que não vivem o ato, mas apenas a fantasia? O DSM IV também prevê essa configuração na medida em que se refere às fantasias excitantes e aos impulsos sexuais. Talvez seja mais difícil de ser percebido e diagnosticado, exceto em casos em que a pessoa procura ajuda psicoterapêutica ou mediante algum alto nível de estresse que o conduza a atos ilícitos. Mas, nesse caso, não deixaria de ser

apenas fantasia? Como podem ser consideradas pedófilas as pessoas que apenas fantasiam? Será que, quando expõe seus medos e suas angústias aos profissionais, ou ainda, quando visualizam material pornográfico contendo crianças, não perdem o caráter fantasmático e vivenciam um ato?

Segundo Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy e Barros (2009), o pedófilo que apenas fantasia cenas sexuais com crianças possui o perfil chamado de abusador. Os indivíduos envolvidos nessa subcategoria podem passar toda a sua vida apenas imaginando as práticas pedofílicas, sem nunca torná-las reais. O abusador é identificado como uma pessoa imatura que sente medo diante de um relacionamento com um adulto por conta de possíveis rejeições. Nesse sentido, sente-se mais à vontade ao lado das crianças. Destaca-se também a questão do isolamento, ou seja, mostra-se mais solitário, o que alimenta mais suas fantasias, tornando sua sociabilidade escassa. Procura estar próximo das crianças e dificilmente é agressivo; não raro, envolve-se com pornografia infantil – que atualmente é considerada ilegal. De acordo com Serafim (2008), o abusador tende a sentir culpa e remorso pelos abusos cometidos contra crianças, o que pode originar no indivíduo problemas depressivos, tentativas de suicídio e alcoolismo.

No entanto, não parece confuso categorizar alguém como abusador quando este apenas fantasia? A palavra abuso faz menção ao uso desnivelado de poder, ou seja, se há um abusador haveria um abusado. Ora, como se abusa de alguém na fantasia? E mais ainda, como categorizar alguém apenas pelas suas fantasias? São contradições provindas do DSM IV que, muitas vezes, serve bem mais para confundir os estudos, categorizar pessoas e reduzir responsabilidades dos autores de violência sexual.

Outra subcategoria da pedofilia refere-se ao perfil molestatador. Segundo o autor citado, as pessoas enquadradas nesse perfil não possuem consciência do mal que praticam e não sentem culpa, embora saibam que estão errados. São pessoas invasivas nas investidas sexuais contra as crianças e geralmente chegam à consumação do ato sexual. Muitos se apresentam com comportamentos sádicos, o que os fazem utilizar a violência. Esse perfil pode ainda ser dividido em dois grupos: molestatadores situacionais e molestatadores preferenciais (Serafim, et al., 2009).

Os molestatadores situacionais utilizam crianças como objetos sexuais uma vez que essas se apresentam como seres frágeis, o que tornaria escassa a possibilidade de serem descobertos. A maioria das vítimas são meninas. A imagem da criança não habita o centro das suas fantasias, então, por vezes são homens que construíram família e permanecem casados, mas devido a alguma situação eventual, podem gratificar-se com o ato. No caso desses homens o

comportamento sexual está a serviço das suas necessidades básicas sexuais (excitação e desejo) ou não sexuais (poder e raiva). São oportunistas e impulsivos, focalizam as características gerais da vítima (idade, raça, gênero) e os primeiros critérios para a escolha são a disponibilidade e a oportunidade (Serafim, et al., 2009, p. 107).

Já o grupo dos molestatadores preferenciais apenas alcança o êxito sexual quando o objeto é uma criança. Possui comportamento persistente e compulsivo, sempre orientado pelas fantasias. Foca em crianças específicas, no relacionamento e até mesmo no cenário dos fatos. “O número de vítimas desse molestatador é altíssimo e ele costuma atacar mais meninos do que meninas” (p. 108). Uma

característica marcante é a utilização extrema de violência, chegando até ao homicídio (Serafim, et al., 2009).

Sendo assim, podemos perceber que não há o pedófilo o qual é instituído pelos diagnósticos clínicos, mas sim abusadores sexuais com distintas constituições psíquicas. Ao que parece, a criação de subcategorias faz com que as pessoas que atuam com essa problemática elejam o que é mais ou menos aceito dentro da categoria patologizante de pedofilia.

Dentro desse extenso contexto e diante dos vários casos que surgem todos os dias, foi criada no Senado brasileiro, em março de 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Ela combate qualquer tipo de agressão sexual praticado contra menores buscando dissolver organizações que se utilizam de atos pedofílicos e punir os envolvidos. Segundo Diniz e Coutinho (2009), a CPI da pedofilia surgiu em consequência da Operação Carrossel I, da Polícia Federal que desfez uma rede de pedófilos na internet, em 2007. Com a dissipação da rede e a ajuda da Interpol, foi possível a coleta de informações sobre criminosos de 78 países. A CPI da pedofilia se propôs também a apresentar projetos que proporcionassem uma atualização da legislação com vistas a combater os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

No que se refere ao ECA, algumas alterações foram realizadas em novembro de 2008 nos artigos 240 e 241, as quais fazem menção ao combate à produção, venda, posse e distribuição de pornografia infantil, uma vez que anteriormente eram punidas apenas as pessoas que produziam esse tipo de material. A nova Lei é de nº 11.829. Embora na atual legislação brasileira não haja explicitamente a palavra pedofilia, é possível encontrá-la nas entrelinhas, quando se refere às formas de violência sexual. Landini (2005) afirma que a pedofilia não está

relacionada a uma definição legal, pois faz parte de uma definição clínica. Desse modo, o que é proibido e instituído como crime são as práticas abusivas decorrentes da pedofilia, como a pornografia infantil, por exemplo. Segundo o Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial – Estocolmo (1996, citado por Landini, 2004), a definição de pornografia infantil consiste em:

Qualquer material áudio ou visual que use crianças num contexto sexual. Consiste na exibição de uma criança engajada em conduta sexual explícita, real ou simulada, ou a exibição impudica de seus genitais com a finalidade de obter gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e uso de tal material (p. 321).

Outro dado importante se refere à quantidade de denúncias que o site Safernet Brasil recebe anualmente quando se trata de pornografia infantil: no primeiro semestre de 2010 foram recebidas 13.472 denúncias. Número que vem diminuindo se comparado ao ano de 2009: no 1º semestre 49.257 denúncias e no 2º semestre 20.706 (<http://www.safernet.org.br/site/indicadores>). Será que as pornografias vêm diminuindo? Ou será que os praticantes desse ato estão encontrando meios de mascarar-las, dificultando a sua visibilidade? Segundo Agnès Fournier (citado por Werthein & Gregori, 1999), da Interpol francesa, “a tecnologia da computação transformou a produção de pornografia infantil numa indústria sofisticada, universal e caseira” (p. 07).

No entanto, é inegável que o uso da palavra pedofilia pela sociedade não faz menção ao diagnóstico clínico de pessoas, mas aos atos sexuais cometidos contra as crianças, principalmente quando o caso está relacionado à internet. Segundo a Polícia Federal, “o Orkut é onde atua a maioria dos pedófilos que usam a internet

para praticar seus crimes” (Diario de Pernambuco, 2010, s.p). Ao que parece, a população está mais interessada em prender essas pessoas que diagnosticá-las.

Nesse panorama, em junho de 2009, aconteceu em Recife – PE o “Congresso Internacional de Combate à Pedofilia, Pornografia Infantil e Turismo Sexual” com o objetivo de esclarecer, identificar e reforçar a aplicação das leis brasileiras relativas à pornografia infantil e pedofilia, bem como, ao tráfico de seres humanos e exploração infantil (pe360graus.com, 2009). Pouco tempo depois, o Código Penal Brasileiro foi modificado, sendo sancionada, em agosto de 2009, a lei que torna mais severa a punição para crimes de pedofilia, estupro seguido de morte, com gravidez, com transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e assédio sexual contra menores (Lei nº 12.015, 2009). Ao que parece, o governo brasileiro passou a preocupar-se notoriamente com a pedofilia desde que o país apresentou índices de liderança, dentro do contexto mundial, em pedofilia na internet. No ano de 2004 esteve em décimo lugar, em 2006, em primeiro e em 2008, em quarto (Hisgail, 2007; Agência Notisa de Jornalismo Científico, 2008; Paiva, 2008, respectivamente). Dessa maneira, foram criadas medidas investigativas e de combate a essa problemática, no entanto, visando tratamento para as vítimas e apenas punições para os autores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os fatores desencadeantes da pedofilia não podem ser generalizados, devendo, cada caso, ser avaliado singularmente. Nessa perspectiva, as pesquisas revelam uma multiplicidade de aspectos que abarcam os fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais. No entanto, segundo Serafim (2008), o

comportamento pedofílico, em certas pessoas, acentua-se diante do uso de substâncias químicas, situações que causam estresse, ocorrência de retardo mental e baixa crítica, bem como transtorno de personalidade antissocial.

Apesar do esforço por parte das diversas instâncias do poder público na execução de políticas preventivas e interventivas referentes ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pouco se fala sobre tratamento para pedófilos. Assim, chama-nos a atenção à inexpressiva atuação de medidas interventivas e preventivas junto aos próprios pedófilos que poderia fortalecer o caráter preventivo das ações governamentais. Em alguns estados brasileiros, há grupos psicoterapêuticos que buscam acolher esses indivíduos propondo-lhes novas formas de convivência social, criando instrumentos para que eles aprendam a lidar com situações que causam ansiedade – fator desencadeante, em vários casos.

Um possível “tratamento”, bastante polêmico, que vem sendo discutido como projeto de lei no Senado brasileiro sob a numeração 552/ 2007, é a castração química. Fala-se que o preso que aderir ao tratamento terá sua pena reduzida. De acordo com a Agência Notisa de Jornalismo Científico (2008), a castração química consiste na aplicação de hormônios femininos, principalmente a medroxiprogesterona<sup>5</sup>, em pessoas que praticaram abusos sexuais com o intuito de diminuir o desejo sexual temporariamente. Essa discussão é ampla e muitos juristas não a aprovam, e o próprio Magno Malta – presidente da CPI da pedofilia – também é contra, pois alega que “a medida favorece o criminoso” e com isso questiona a eficácia do método (Folha.com, 2009). Nas palavras de Malta: “O sujeito abusa de criança, aceita tomar o medicamento e terá a pena reduzida. Qualquer advogado vai

---

<sup>5</sup> Em mulheres, a medroxiprogesterona é utilizada como método contraceptivo que impossibilita a menstruação, no entanto, não provoca uma esterilidade permanente. Em pedófilos, seus efeitos proporcionam a diminuição da libido, prejuízo das ereções e queda dos níveis de testosterona. Em ambos os casos, os efeitos do uso cessam logo que o tratamento é interrompido.

mandar ele tomar o medicamento”. Diz ainda que esse tratamento age como um redutor de apetite: “Quando o remédio acaba e passa o efeito, a pessoa tem apetite dobrado. Como os pedófilos são compulsivos, não há redução de libido com castração química que vá mudar a situação”. E ainda questiona: “Quem vai fornecer o medicamento? Vai ser o Sistema Único de Saúde? O pedófilo vai ter uma carteirinha de pedófilo? Como é que faz para comprar na farmácia?”.

E ainda, estudos vêm relatando a necessidade imperativa de se ouvir não apenas as crianças e os adolescentes, mas também os abusadores, o que formaria uma rede que “acolhe, trata, age e pensa de forma integrada” buscando, principalmente, a prevenção desses atos (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004, p. 458). Segundo Guareschi, Diniz, Comunello e Nardini (2005), políticas públicas é o “conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta, administrar determinadas demandas, em diversas áreas” (p. 51).

Nesse sentido, percebe-se a importância da construção de estratégias públicas que integrem punição e tratamento com a finalidade de responsabilizar o indivíduo e fazê-lo compreender os desdobramentos de seus atos.

Por fim, podemos dizer que, embora a pedofilia tenha existido desde a Antiguidade, hoje se constitui como uma problemática para a saúde pública, desafiando várias áreas do saber (psicologia, psiquiatria, direito, entre outras). Ao que parece, as práticas pedofílicas vêm se aprimorando, mas os saberes sobre elas parecem não se desenvolver na mesma intensidade, voltando-se apenas para as vítimas. Com isso, nega-se a possibilidade de prevenção que pode surgir quando o excluído – o abusador – passar a ser ouvido e tratado. As intervenções advindas de

tais estudos poderão ir além da única perspectiva visada até este momento, a punição.

## REFERÊNCIAS

- Aded, N. L. de O., Dalcin, B. L. G. da S., Moraes, T. M de & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista Psiquiatria Clínica*, 33, 204- 213.
- Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia: monstro ou doente? *Psique ciência e vida*, 27, 33-39.
- Associação Psiquiátrica Americana. (1995). *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* (4 ed.). (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carelli, G. (2002, 27 de março). Médico e monstro...: preso pediatra que molestava crianças no consultório e filmava tudo em vídeo. *Veja*, 1174. Recuperado em 05 de julho, 2010, de [http://veja.abril.com.br/270302/p\\_090.html](http://veja.abril.com.br/270302/p_090.html)
- Carvalho, O. de. (2002). Cem anos de pedofilia. *O Globo*. Recuperado em 03 de novembro, 2007, de <http://www.olavodecarvalho.org/semana/04272002globo.htm>
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). Recuperado em 22 de abril, 2008, de <http://www.unicentro.br/neddij/constituicao.pdf>
- De Masi, F. (2008, abril). O pedófilo e seu mundo interno: Considerações teóricas e clínicas sobre a análise de um paciente. In *Anais da Conferência Internacional de*

*Clínica Psicanalítica*, 2. Recuperado em 04 de novembro, 2009, de [www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/capsa2008\\_franco1.doc](http://www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/capsa2008_franco1.doc)

Diniz, L. & Coutinho, L. (2009, 25 de março). Violadas e feridas dentro de casa. *Veja*, 12, 82- 90.

Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In UNESCO (Org.), *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp. 09- 23). Rio de Janeiro: Garamond.

Escosteguyr, D. (2009, 15 de julho). Cultura de Pedofilia. *Veja.com*, 2121. Recuperado em 02 de julho, 2010, de <http://veja.abril.com.br/150709/cultura-pedofilia-p-056.shtml>

Felipe, J. (2006, janeiro/ junho). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26. Recuperado em 26 de outubro, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>

Ferraz, F. C. (s.d.). Uma breve revisão da noção de perversão na obra de Freud. *Pulsional*, 131, 05- 119.

Ferreira, A. (2009, 24 de novembro). Juiz acusado de pedofilia é afastado. *Folha de Pernambuco digital*. Recuperado em 02 de julho, 2010, de <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-grande-recife/538412?task=view>

Folha.com. (2009, 20 de setembro). Para presidente da CPI da pedofilia uso de inibidor sexual favorece criminoso. Recuperado em 23 de março, 2010, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u626563.shtml>

Folha Online. (2010, 11 de maio). *Em meio à crise de pedofilia, Bento XVI é bem recebido em Portugal*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u733425.shtml>

Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 07 pp. 119-217). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)

Guareschi, N. M. de F., Diniz, J. C., Comunello, L. N. & Nardini, M. (2005, janeiro/junho). Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência. *Revista Psicologia Política da Sociedade Brasileira de Psicologia Política*, 5. Recuperado em 01 de junho, 2009, de [http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver\\_volume.php?cod=40](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver_volume.php?cod=40)

Guizzo, B. S. & Felipe, J. (2003). Discutindo a “pedofilização” da sociedade e o consumo dos corpos infantis [CD-ROM]. In *Anais do Congresso de Leitura do Brasil, 14*. Campinas: Unicamp.

Hisgail, F. (2007). *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras.

JC Online. (2009, 11 de março). *Padrasto tentou se suicidar em presídio*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2009/03/11/padrasto-tentou-se-suicidar-em-presidio-181485.php>

JC Online. (2010, 11 de abril). *Garota de 10 anos que fez aborto legal recebe alta do Cisam*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2010/04/11/garota-de-10-anos-que-fez-aborto-legal-recebe-alta-do-cisam-218972.php>

Landini, T. S. (2003). Pedófilo quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, 19. Recuperado em 03 de novembro, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a09v19s2.pdf>

Landini, T. S. (2004). Pedofilia e pornografia infantil – algumas notas. In A. Piscitelli, M. F. Gregori & S. Carrara (Orgs.), *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. (pp. 319- 342). Rio de Janeiro: Garamond.

Landini, T. S. (2005). *Horror, honra e direitos: Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.

Lanteri-Laura, G. (1979). *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

*Lei n. 11. 829, de 25 de novembro de 2008.* (2008, 25 de novembro). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Recuperado em 27 de novembro, 2008, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm)

*Lei n. 12. 015, de 07 de agosto de 2009.* (2009, 07 de agosto). Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Recuperado em 11 de agosto, 2009, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm)

Mira, D. D. R. & Pinheiro, M. A. (2008). *Pedofilia virtual: uma reflexão sobre a legislação vigente*. Recuperado em 26 de maio, 2010, de <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/a-pedofilia-virtual-uma-reflexao-sobre-a-legislacao-vigente>

Nascimento, C. I. do. (2002). Pegadas da pedofilia: vidas marcadas. *Direito e Descoberta*, 2, 74- 84.

Oda, A. M. G. R. (2001, de dezembro). A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano

Moreira. *Psychiatry on Line Brazil*,6. Recuperado em 08 de abril, 2008, de <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>

O Globo. (2010, 21 de abril). *Padre acusado de pedofilia em Alagoas vai para prisão domiciliar; igreja cogita expulsão*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/04/20/padre-acusado-de-pedofilia-em-alagoas-vai-para-prisao-domiciliar-igreja-cogita-expulsao-916391777.asp>

Paiva, A. P. (2008, 03 de setembro). Brasil é o quarto no ranking da pedofilia, diz PF. *Estadão*. Recuperado em 27 de maio, 2009, de <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-e-o-quarto-no-ranking-da-pedofilia-diz-pf,235791,0.htm>

Peixoto Jr, C. A. (1999). *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PF procura pedófilos no Estado. (2010, 08 de dezembro). *Diario de Pernambuco*, p. C1.

Pe360graus.com. (2009, 17 de junho). *Congresso Internacional de Combate à Pedofilia, Pornografia Infantil e Turismo Sexual*. Recuperado em 18 de junho, 2009, de <http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/criancas-e-adolescentes/2009/06/17/NWS,492690,4,87,NOTICIAS,766-CONGRESSO-INTERNACIONAL-DISCUITE-COMBATE-PEDOFILIA-TURISMO-SEXUAL.aspx>

- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. das G. C. & Reis, N. dos. (2004, de março/ abril).  
Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à  
vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 456-464.  
Recuperado em 01 de junho, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/13.pdf>
- Safernet Brasil. (s.d.). *Indicadores: central nacional de denúncias*. Recuperado em  
17 de agosto, 2010, de <http://www.safernet.org.br/site/indicadores>
- Serafim, A. de P. (2008). In. Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de  
março). Pedofilia: monstro ou doente? *Psique Ciência e Vida*, 27, 32- 39.
- Serafim, A. de P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I. & Barros, D. M. de. (2009).  
Perfil psicologico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista  
Psiquiatria Clínica*, 36, 105- 111.
- Werthein, J. & Gregori, J. (1999). Introdução. In UNESCO (Org.), *Inocência em  
perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp.  
07- 08). Rio de Janeiro: Garamond.

# **PEDOFILIA: DO SENTIMENTO DE CULPA À RESPONSABILIZAÇÃO PELO ATO**

*Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho*

*Luciana Leila Fontes Vieira*

*Cristina Maria de Souza Brito Dias*

## **RESUMO**

Esta pesquisa objetivou investigar a instauração do sentimento de culpa em um homem acusado por crime de pedofilia. Para tanto, entrevistamos uma pessoa encarcerada no Presídio Professor Aníbal Bruno, esperando pelo julgamento do crime de abuso sexual contra menor. Como instrumentos utilizamos o método do Rorschach e uma entrevista semiestruturada. As informações coletadas no teste foram analisadas e interpretadas, enquanto que a entrevista foi submetida à Análise de Conteúdo. Autossentenciado como culpado, o participante mostrou-nos como se tornou escravo do passado e as consequências que isso lhe acarretou. Demonstrou-nos que há possibilidades de haver tratamento nesses casos, fazendo-nos acreditar na eficácia de nossos estudos na tentativa de prevenção diante de determinadas formas de violência sexual, bem como a ressocialização dos autores.

**Palavras-chave:** Pedofilia; Abuso sexual; Sentimento de culpa; Psicanálise.

## **PEDOPHILIA: FROM GUILT FEELING TO ACCOUNTABILITY FOR THE ACT**

### **ABSTRACT**

This research aimed to investigate the instauration of the guilt feeling in a man accused of pedophilia. In this way, we have interviewed a prisoner that was waiting for his judgment in Professor Aníbal Bruno Prison, under the accusation of child sexual abuse. We have used the Rorschach method and a semi structured interview as instruments. Information collected with the test were analyzed and interpreted, whereas the interview was submitted to Content Analysis. Self-referred as guilty, the participant showed us how he became a slave from the past and the consequences it brought to him. He has also showed us that there are possibilities for treatment in these cases, making us believe in the efficacy of our studies on prevention attempts face to specific forms of sexual violence, as well as in the resocialization of its authors.

**Keywords:** Pedophilia; Sexual abuse; Guilt feeling; Psychoanalysis.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo empírico percorremos alguns textos psicanalíticos que abordam questões referentes ao sentimento de culpa, como forma de compreendermos como ele se instaurou no participante da pesquisa. E, por se tratar de um caso de violência sexual incestuosa, inicialmente, explanaremos sobre o incesto.

O incesto é considerado como qualquer união sexual entre parentes ascendentes, descendentes e colaterais, podendo ser consanguíneo ou adotivo (Cohen, 1993 citado por Marques, 2005).

Segundo Dunaigre (1999), o incesto é uma prática muito antiga, a qual já perpassou por várias combinações.

Combinações autorizadas incluíram o casamento entre pai e filha – filha pelo menos no sentido de ‘classificação’ –, tio paterno e sobrinha, tia paterna e sobrinho, avós e netos, irmãos e irmãs, bem como uma larga gama de casamentos entre primos de primeiro e segundo graus (Dunaigre, 1999, p. 11).

Todavia, determinadas endogamias não são toleradas socialmente, principalmente entre genitores e filhos, uma vez que provoca implicações negativas nos âmbitos psíquico, social e até mesmo biológico. Autores como Lévi-Strauss (1969/1984) e Freud (1913/1996) relataram que mesmo em sociedades primitivas, como na Austrália, a prática do incesto era proibida.

Diante das transformações ocorridas com o passar do tempo, várias teorias passaram a construir reflexões na tentativa de proibir o incesto, dentre elas, os estudos antropológicos de Lévi-Strauss (1969/1984) mostrando que a proibição do

incesto, além de possuir um caráter universal, é perpassada por crenças, religiosidade e castigos. “Com a solução do enigma do incesto, a família expressa a passagem do fato natural da consaguinidade para o fato cultural da afinidade” (p. 177). Desse modo, nessa proibição está o limiar entre a natureza e a cultura.

Já a Psicanálise considera a proibição do incesto como um fator organizador que demarca os limites que possibilitarão a diferenciação e a simbolização das funções dentro da família, que favorecem o desenvolvimento do indivíduo e da instituição familiar (Cohen, 1993, citado por Cohen & Gobbetti, 2000). Nessa perspectiva, seria através da interdição incestuosa que o sujeito se constituiria.

Portanto, o incesto, quando praticado por um adulto ou adolescente mais velho contra uma criança ou pré-púbere, toma um caráter de abuso sexual contra menores.

### **Contribuições Psicanalíticas sobre a Culpa**

Freud, na sua elaboração teórica sobre o complexo de Édipo, destacou os sentimentos de identificação e afetuosidade. Assim, em *O Ego e o Id* (1923/ 1996) debateu sobre os sentimentos do menino. Relatou que num estágio ainda muito primitivo, “o menininho” desenvolve pela mãe uma catexia objetal, a qual está vinculada ao seio materno, enquanto que o pai é tratado como um objeto de identificação. Na medida em que o tempo vai passando, esses relacionamentos vão coexistindo sem problemas, até o momento em que o menino passa a ter pela mãe intensos desejos sexuais. Então, o pai é percebido como intruso e obstáculo entre o filho e a mãe. Assim, se origina o complexo de Édipo. Desse ponto em diante, a relação entre filho e pai torna-se ambivalente, a identificação passa a ser agressiva,

transformando-se num desejo de livrar-se do genitor com a finalidade de permanecer junto à mãe. Ao perceber que não poderá ter a mãe totalmente para si como desejaria, o complexo de Édipo encaminha-se para a destruição. Desse modo, ao seu fim, “uma atitude ambivalente para com o pai e uma relação objetal de tipo unicamente afetuosos com a mãe constituem o complexo de Édipo positivo simples num menino” (Freud, 1923/ 1996, p. 45). No caso da menina, acontece o inverso: a afetuosidade encaminha-se para o pai e a ambivalência para a mãe, no entanto, a temática do complexo de Édipo feminino, não será desenvolvida, pois não se enquadra no foco de nosso trabalho. Em termos de afetos, Ferenczi (1933/1992) nos falou que Freud acentuou que a capacidade de sentir um amor objetal antecedia um estágio de identificação. Sendo assim, o autor qualificou esse estágio como o do amor objetal passivo ou estágio da ternura. Ele relatou que as crianças nesse estágio fantasiavam de modo lúdico.

Elas brincam com a ideia de ocupar o lugar do progenitor do mesmo sexo, para tornar-se o cônjuge do sexo oposto, isto, sublinhe-se, apenas na imaginação. Na realidade, elas não queriam, nem poderiam, dispensar a ternura, sobretudo a ternura materna. Se, no momento dessa fase de ternura, se impõe às crianças mais amor, ou um amor diferente do que elas desejam, isso pode acarretar as mesmas consequências patogênicas que a privação de amor (Ferenczi, 1933/1992, p. 103).

Desse modo, a linguagem expressa pela criança é a linguagem da ternura, e assim permanece, mesmo quando assume um sentido erótico. No entanto, cabe ao adulto, inserido na fantasia lúdica da criança, conservar o estágio da ternura. Mas,

por vezes isso não acontece, saindo o adulto do nível da ternura e passando para o nível da paixão, dando início a uma confusão de línguas entre adultos e crianças.

Segundo Ferenczi (1933/1992), o adulto, quando “tem uma predisposição psicopatológica”, não distingue as brincadeiras, então, acredita que a criança é um ser dotado de maturidade sexual e logo comete o abuso sexual intrafamiliar, de modo a não pensar nas consequências. Esses abusos podem acontecer tanto numa relação hetero como homossexual. Como resultado desse trauma, a criança passa a agir com medo, ficando vulnerável às investidas do adulto e se submetendo de modo automático à vontade do agressor. Logo, esquece-se de si e identifica-se com o agressor que deixa de existir na realidade externa, tornando-se intrapsíquico.

No contexto de identificação com o agressor, a criança introjeta o sentimento de culpa que provém do adulto, passando a perceber o ato como merecedor de punição. Uma vez que se sente tanto inocente como culpada, a confiança que antes possuía em si mesma transforma-se em descrença (comoção psíquica). Quanto ao adulto, porém não é regra geral, a sua culpa o faz acreditar que logo a criança esquecerá tudo o que aconteceu, e, assim, ele negará a realidade externa do abuso sexual cometido contra a criança (desmentido). O desmentido para Freud não é tão diferente quanto para Ferenczi, é um “modo de defesa que consiste numa recusa por parte do sujeito em reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 436). Sendo assim, há uma recusa em aceitar a realidade exterior.

Quanto ao sentimento de culpa, no abuso sexual de crianças, para Ferenczi, ele surge como consequência de um trauma para a criança e, em adultos em decorrência de um ato inadequado que provoca medo.

Freud realizou uma pesquisa contumaz sobre o sentimento de culpa, haja vista que tal temática percorreu, praticamente, toda a sua obra. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), Freud descobriu o sentimento de culpa ao estudar a neurose obsessiva, sob as formas de autorrecriação e de vergonha.

Através das análises de pacientes, Freud deparou-se com um problema que considerou um desafio ao trabalho psicoterapêutico. Ele percebeu que algumas pessoas resistiam ao progresso do tratamento e não se contentavam quando eram elogiadas, reagindo com uma piora. A essa manifestação, o autor chamou de reação terapêutica negativa. Ele percebeu que alguns pacientes, inconscientemente, encontravam ganhos na doença e, assim, recusavam-se a abandonar o sofrimento que a mesma provocava. Esse sofrimento com caráter de punição tem o nome de sentimento de culpa.

Em *O Ego e o Id* (1923/1996), Freud propôs a hipótese do sentimento de culpa ser, em sua maior parte, inconsciente, uma vez que o complexo de Édipo é pertencente a esse domínio. Falou-nos ainda dos casos nos quais o sentimento de culpa inconsciente pode transformar pessoas em criminosos. Explicou-nos:

Em criminosos, especialmente nos principiantes, é possível detectar um sentimento de culpa muito poderoso, que existia antes do crime, e, portanto, não é o seu resultado, mas sim o seu motivo. É como se fosse um alívio poder ligar esse sentimento inconsciente de culpa a algo real e imediato (Freud, 1923/1996, p. 65).

Desse modo, o ato ilegal – pré-existente ao delito – é um representante de um conflito entre o id, o ego e o superego. Assim, o indivíduo sofre um massacre moral que o faz buscar sempre por uma punição antissocial.

No texto *O problema econômico do masoquismo* (1924/1996), Freud aprofundou a relação entre culpa e punição. Nele, o autor percorreu as três modalidades do masoquismo (erógeno ou primário, feminino e moral). Vamos nos dedicar à terceira forma, uma vez que se relaciona diretamente com o presente estudo.

No masoquismo moral o que importa é o sofrimento, independente de onde ele possa vir. A pulsão destrutiva se volta contra o próprio ego, estabelecendo um duro poder. Desse modo, o sentimento de culpa recebe maior visibilidade, deixa de ser chamado de inconsciente convertendo-se numa necessidade de punição (função do superego) – uma vez que não é correto chamar os sentimentos de inconscientes.

Assim, o ego sente-se angustiado por não dar conta das exigências do superego, uma vez que tem essa instância como um modelo. O superego emerge a partir da introjeção no ego dos primeiros objetos libidinais – os dois genitores; logo, essa relação será dessexualizada para que o complexo de Édipo possa ser superado. Freud nos relatou que:

O superego reteve características essenciais das pessoas introjetadas – a sua força, sua severidade, e sua inclinação a supervisionar e punir. [...] O superego – a consciência em ação no ego – pode então tornar-se dura, cruel e inexorável contra o ego que está a seu cargo (Freud, 1924/1996, p. 185).

Dessa forma, tem-se no complexo de Édipo “a fonte de nosso senso ético individual, de nossa moralidade” (p. 185). Nesse contexto, a expressão sentimento inconsciente de culpa passa a significar necessidade de punição.

A consciência e a moralidade surgiram mediante a superação, a dessexualização do complexo de Édipo; através do masoquismo moral, porém, a moralidade mais uma vez se torna sexualizada, o complexo de Édipo é revivido e abre-se o caminho para uma regressão, da moralidade para o complexo de Édipo (Freud, 1924/1996, p. 187).

Assim, é possível perceber a rede que abarca o masoquismo moral e a pulsão autodestrutiva.

Anos mais tarde, Freud enfocou novamente o sentimento de culpa, agora no texto *O mal-estar na cultura* (1930/2010). Nele, referiu-se ao sentimento de culpa como o mais importante problema enfrentado pela civilização. Para tanto, traçou uma genealogia da culpa, na qual relatou diversas etapas de sua constituição – da angústia social ao sentimento de culpa inconsciente.

Freud nos falou que, inicialmente, por medo de perder o amor externo, o indivíduo renuncia às satisfações, mas caso uma ação má seja realizada e descoberta pela autoridade externa, o sentimento de culpa se instaura e, assim, o ego é punido pelo mundo exterior. Na medida em que se renuncia às satisfações e aos desejos, a severidade e a intolerância aumentam, e, parcialmente, surge o superego, dando passagem ao sentimento de culpa inconsciente. A partir de agora, o indivíduo sente-se culpado não apenas por praticar atos maus, mas também por pensar em tais atos. Logo, não há diferença entre intenção e prática, o superego, que tudo sabe, pune severamente o indivíduo com a infelicidade proveniente do sentimento de culpa. Esse sentimento existe a partir do momento em que se vive na cultura, iniciando-se no contexto familiar e expandindo-se para a sociedade. Em suma, o sentimento de culpa existe em nós desde os primeiros anos de nossa vida,

sendo instaurado, inicialmente, pelas redes sociais e, posteriormente, pelo superego no inconsciente.

Podemos perceber que esse sentimento não serve apenas para que atos maus sejam evitados, mas, causa doenças psíquicas que, quando não tratadas, aprisionam e escravizam o sujeito. Salientamos que o sentimento de culpa não é uma ponte para mudanças de atos socialmente indesejáveis, mas é inegável que, em alguns casos, ele ajuda o sujeito a repensar suas atitudes e até a torná-lo responsável por seus atos.

## MÉTODO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. Foi desenvolvida principalmente a partir do referencial teórico da psicanálise. Além do mais, utilizamos fontes bibliográficas da neurologia e psiquiatria.

### **Participante**

#### Histórico da vida de Augusto<sup>6</sup>

Augusto nasceu numa cidade de Pernambuco. Foi abandonado, enquanto criança, pela genitora, sendo criado por alguns vizinhos. Um desses vizinhos, ao casar, registrou-o como seu filho. No entanto, os pais adotivos não o tratavam como filho e sim como um serviçal. Assim, aos quatorze anos de idade saiu de casa indo morar nas ruas do Recife. Nesse contexto, foi enviado para a FEBEM<sup>7</sup> (Fundação

---

<sup>6</sup> Todos os nomes presentes neste estudo são fictícios.

<sup>7</sup> Acreditamos que a FEBEM, a qual Augusto se refere, é, na verdade, a FUNDAC-PE (Fundação Estadual da Criança e do Adolescente). Atualmente chama-se FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo).

Estadual do Bem-Estar do Menor), local onde se sentiu mais acolhido. Quando saiu da FEBEM, tentou ingressar no quartel, no entanto, não foi admitido devido a um grave problema na visão. Assim, sem ter para onde ir, foi em busca de trabalho em São Paulo, lá residindo em média por 15 anos. Nesse tempo, seus pais adotivos faleceram, então, Augusto retornou ao Recife e encontrou uma mulher (Amanda) com quem se casou. Quando a conheceu, ela já estava com um filho (Lucas), fruto de um relacionamento com outro homem que não o registrou. Então, Augusto esperou o casamento acontecer para registrar o filho da esposa como seu. Por esse motivo e pelo fato de em toda a entrevista o participante se referir a esse menino como seu filho, não o chamaremos de enteado. Tempos depois, o casal teve outro filho.

Há nove anos, quando Augusto estava com 41 anos de idade, percebendo que encontrava-se apenas com o filho mais velho (com cinco anos na época) perguntou-lhe da possibilidade de praticar sexo oral na criança. Tendo o menino consentido, a prática foi consumada. Ao término do abuso, o pai pediu à criança para não contar nada para Amanda. Passa-se um tempo, o menino pede algo ao pai, mas seu desejo não é atendido. Então, relata todo o ocorrido para a sua mãe, enquanto o seu pai está no trabalho. Ao chegar em casa, sua esposa o aguardava para uma conversa. Ela relatou saber dos fatos do incesto e disse que não mais compartilharia a sua vida e a dos seus filhos com ele. Então, Amanda lhe sugeriu um acordo: disse que não o denunciaria caso ele lhe entregasse a casa com todos os móveis. Recusando a tentativa de acordo, ele foi denunciado pela esposa e ficou sob aviso da polícia. Os anos passaram. Augusto vendeu sua casa. Nesse mesmo tempo, a polícia o procurou na antiga moradia; não o encontrando, foi em sua

busca. Quando encontrado, foi detido sob a acusação do crime de abuso sexual contra seu filho.

Na época da coleta das informações, o participante estava com 50 anos de idade e encontrava-se sob acusação do crime supracitado, detido no Presídio Professor Aníbal Bruno. Segundo seus relatos, estudou até a 1ª série e, desde que voltou de São Paulo, é aposentado, devido à hanseníase. Quando foi preso (há um mês e quatorze dias), tornou-se evangélico. Mostrou-se disposto a participar de toda a coleta das informações (Rorschach e Entrevista), tendo ele próprio, nos contado todo o ocorrido.

### **Instrumentos**

Um dos instrumentos utilizados foi o Psicodiagnóstico de Rorschach, tomando como sistema de classificação o adotado por Cícero Emídio Vaz (1990) – vide anexo C. A técnica de Rorschach, aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), consiste em avaliar a personalidade do sujeito através de estímulos-manchas de tinta em que

a percepção do examinando está intrinsecamente relacionada com os aspectos projetivos de sua personalidade; ou seja, as percepções são verbalizadas pelo sujeito em função de suas necessidades psicológicas, de sua estruturação de personalidade, de seus padrões de comportamento (Vaz, 1990, p. 09).

Assim, mediante as respostas dadas pelos participantes, podemos obter um quadro amplo sobre a dinâmica psicológica dos mesmos.

Utilizamos também um roteiro de entrevista semiestruturada (vide anexo B) – instrumento composto por perguntas abertas e fechadas pelo qual entrevistado e entrevistador podem falar sobre o tema sem se prenderem apenas às questões formuladas (Minayo, 2007).

### **Procedimentos de Coleta dos Dados**

Inicialmente o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco, sob o parecer de número 059/2009, em acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Posteriormente, através da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco (SERES), a pesquisadora foi encaminhada à unidade prisional onde haviam pessoas acusadas por diversos crimes, dentre eles, o de pedofilia. Chegando à instituição prisional – Presídio Professor Aníbal Bruno, localizado em Recife/ PE –, o diretor solicitou que agentes penitenciários convidassem alguns acusados a participarem da pesquisa. Apenas três aceitaram participar (dois casos não confessos de violência sexual extrafamiliar e um caso confesso de abuso intrafamiliar).

A pesquisadora explicou os objetivos da pesquisa, apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e lhes assegurou o sigilo de seus dados. Após a leitura e assinatura do TCLE, iniciou a coleta das informações, individualmente. No primeiro dia, foi feita uma abordagem inicial com a finalidade de obter os dados de identificação dos participantes e estabelecer um *rapport*, propiciando tranquilidade e abertura para a aplicação do Rorschach. No segundo dia, foi realizada a entrevista semiestruturada que foi registrada em gravador, com o consentimento dos entrevistados, e, posteriormente, transcrita literalmente. A coleta

de dados ocorreu numa sala cedida pela direção do presídio, na qual estavam presentes apenas cada participante e a pesquisadora.

No entanto, por não terem sido julgados, não possuíam sentença criminal; e, como não foi possível tomar conhecimento de seus prontuários, foram apenas analisadas as informações obtidas do participante que nos confessou o seu crime (o caso de abuso sexual intrafamiliar).

Assim, nos deparamos com as primeiras dificuldades: encontrar a amostra que inicialmente gostaríamos, ou seja, homens que praticaram violência sexual contra crianças que não faziam parte do seu meio familiar (violência extrafamiliar) e pessoas que falassem abertamente sobre a prática do abuso sexual.

### **Procedimento de Análise das Informações**

O procedimento de análise das informações consistiu, inicialmente, na codificação e interpretação dos dados obtidos com o Rorschach. Quanto às entrevistas, foram submetidas à análise de conteúdo temática, de modo a encontrar os eixos temáticos. Esse tipo de análise dedica-se à investigação do sentido contido nas falas do entrevistado, a “frequência de recorrência de certos termos, aparato e andamento do discurso” (Turato, 2003, p. 440). Dessa forma, é possível compreender os registros latentes, sentidos e significados que os participantes dão aos fenômenos vivenciados no contexto sociocultural. Em seguida, os dados foram analisados com base na literatura adotada.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma vez encontrados os eixos temáticos da pesquisa (Concepções sobre pedofilia, Representações sobre as crianças e Instauração ou não do sentimento de culpa), daremos início à discussão das informações obtidas com a entrevista, bem como, à análise do Psicodiagnóstico do Rorschach. Salientamos que neste artigo foram analisadas as informações de um participante, no entanto a pesquisa foi composta por três entrevistados.

### **Análise da entrevista de Augusto**

#### *a) Concepções sobre pedofilia*

Através desse eixo, encontramos as concepções que o participante possui sobre si e sua vítima. Salientamos que estamos inferindo sobre um indivíduo e lembramos que o ser humano possui uma complexidade que nos faz escutar caso a caso sempre o tratando como singular. Nesse sentido, não buscamos fazer generalizações.

Referindo-se a si, o participante comentou conosco:

*Eu... Uma pessoa prestativa, se alguém pedir um favor a mim, eu sei fazer. [...] Hoje eu me conformo porque aprendi alguma coisa, que é para quando sair daqui aprender a vigiar, para não fazer coisa errada e... Ajudar o próximo.*

Augusto se apresenta como uma pessoa que ajuda ao próximo. Acredita ainda que precisa se vigiar para não cometer novamente o crime. É importante

salientar que em toda a entrevista o participante se refere a si próprio, ou seja, no pronome pessoal – eu.

Refere-se à visão que a sociedade possui sobre a violência sexual praticada contra crianças quando faz aproximações com a sua realidade presidiária:

*Os presos que estão aqui. Às vezes a gente tá conversando e debate um assunto com o outro. E o ladrão que rouba, ele não aceita o que eu fiz. Se fosse pra dizer uma pena máxima ele aceitava que o meu caso seria um caso de morte, a gente tenta lidar. Como a justiça não dá direito a isso... Aí, se a senhora perguntar assim: Augusto, no teu caso, você aceitaria, no meu caso que eu fiz, se existisse a pena de morte você teria alguma coisa pra me dizer? A única coisa que eu iria dizer é o seguinte: Se eu errei, a justiça me dê o direito, pois eu morro conformado.*

Assim, também se utiliza da realidade carcerária para exprimir a sua percepção sobre os valores sociais acerca do abuso sexual. Afirma que até mesmo os presidiários determinam o que é aceitável ou não, e acabam excluindo-o. Segundo o entrevistado, o crime cometido deveria ter a pena máxima da morte e, caso isso lhe fosse destinado, aceitaria. Desse modo, podemos perceber que o seu pensamento sobre o tema relaciona-se com as ideias inflexíveis que fazem parte do imaginário social, fazendo corroborar a crença que, dentro do presídio, abusador sexual é tratado com extrema violência, seja esta física ou psíquica.

Quanto aos possíveis fatores que produzem a pedofilia, o participante não soube dizer exatamente como surgiu, mas acredita ser um caso de distúrbio mental. Logo:

*O que passou na minha mente ali (silêncio). O que eu posso dizer assim... Um distúrbio mental. Porque depois daquele momento... Se a senhora*

*perguntar assim: Mas, depois daquele momento você não fez o seu comer, não fez a coisa certa? Porque achou de fazer aquele caminho errado? Então, eu tenho pra mim que deve ter sido um distúrbio mental. [...] Acredito que seja um distúrbio mental, coisa que passa na cabeça da pessoa. [...] Eu acho que também seria alguma coisa do juízo, principalmente essa parte que eu fiz. [...] Porque eu tenho pra mim que deve ser alguma coisa de distúrbio mental porque, se não, eu acho que a pessoa que cometeu esse crime iria fazer outras coisas, iria roubar, matar. [...] A única coisa que eu posso dizer à senhora é o seguinte: deve ter passado uma parte de psicose de vontade, pode ser mais ou menos de desejo, o que passou pela mente. Uma pessoa no senso de [realidade] humor, vamos dizer da responsabilidade, não vai fazer isso se sabe que vai destruir a vida dele. Então, quer dizer, um caso desse se for... Só se for um caso de doente mental. Eu acho que foi um mau pensamento da minha cabeça, hoje estou muito arrependido.*

Augusto percebe-se como um doente mental por ter praticado o abuso sexual e, logo em seguida, ter realizado tarefas consideradas rotineiras como alimentar-se. Acredita que foi um ato impulsivo tal qual a perda da razão momentaneamente. Pensa que pessoas “normais” não iriam destruir e quebrar o lar por algum impulso. No entanto, o próprio participante em nenhum instante isenta-se de sua responsabilidade.

As contribuições de Hisgail (2007) parecem refletir as palavras do nosso entrevistado. A autora afirma que, quando eles confessam o crime, apresentam-se também com arrependimento e vergonha, sentindo-se destruídos e arruinados.

Também relatam que, no momento do abuso, os fatos aconteceram como se lhes faltasse discernimento entre a fantasia inconsciente e a realidade externa.

O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM IV (1995) refere que há casos de pedofilia, por exemplo, que podem estar relacionados a algum tipo de estresse psicossocial. No caso em questão, o participante não nos informou com exatidão algo que poderia ter feito surgir esse comportamento. No entanto, podemos observar o quanto a sua história de vida foi marcada por abandonos, precariedade emocional e financeira.

Forward e Buck (1989) relatam que casos de incesto entre pai e filho muitas vezes acontece devido a um “colapso psicológico” do pai. “O incesto entre pai e filho é muitas vezes motivado por problemas ocorridos na infância e juventude do agressor – conflitos homossexuais, mãe dominadora, sentimentos de inadaptação, etc.” (p. 151).

Porém, não tivemos acesso a essas informações devido à própria restrição dos instrumentos utilizados. Vale salientar que até mesmo num processo psicoterápico a eclosão de tais aspectos demoram consideravelmente.

Sabemos também que, não raro, o abusador de hoje pode ter sido abusado no passado. Estudos de Giancarlo Spizirri – membro da Associação Brasileira de Psiquiatria e atuante em terapia de grupo com pedófilos no Projeto Sexualidade (Prosex) do Hospital das Clínicas de São Paulo – revelam que quase todos os homens que foram atendidos por ele sofreram abusos sexuais na infância (Agência Notisa de Jornalismo Científico, 2008). Assim, nos fica a dúvida se Augusto durante sua caminhada tenha sido vítima, por exemplo, de alguma violência sexual; dado que esse aspecto não foi explorado na entrevista.

## b) Representações<sup>8</sup> sobre as crianças

Neste eixo, abordamos as representações que o entrevistado possui sobre a criança abusada. Quando lhe é perguntado sobre as crianças, ele lembra-se da família, do ocorrido e refere-se a sentimentos como vergonha e desgosto. Percebe as crianças, nesses casos, como vítimas, uma vez que as concebe como inocentes e sem discernimento para reagir.

Segundo ele, atualmente não sente mais atração por crianças, no entanto, relata: *Hoje em dia eu procuro evitar. Evitar o seguinte: tudo o que os olhos veem... Porque eles mandam para a mente. Para que não aconteça mais outro caso daquele.*

Diz ainda que as crianças são vítimas: *Doutora... são, né? Porque nesses casos são crianças inocentes. Se tivessem senso de humor [achamos que ele quer dizer realidade], elas iriam procurar reagir.*

Logo, é possível observar, através do discurso do participante, o medo que existe da possibilidade de repetição, além de relacionar a imagem de uma criança ao sentimento de desgosto, pela perda da família, da liberdade e da própria saúde mental. Assim, há um constante policiamento de si, que parece transformá-lo num escravo do passado, de si mesmo, no presente, ou ainda de seus sentimentos, repetindo várias vezes que necessita de tratamento. Seria esse pedido de tratamento um modo de viver em paz consigo? Ou um reconhecimento de que sem tratamento não conseguirá dominar seus impulsos?

---

<sup>8</sup> Tomamos como referência o conceito de representação apresentado por Woodward (2000, p. 17), no qual afirma que as representações seriam “as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.”

Tomando por base outros estudos, podemos dizer que Augusto é um “caso raro” de se encontrar. Mediante Forward e Buck (1989), suas pesquisas mostraram que é incomum abusadores possuírem compreensão de seus atos e admitirem a responsabilidade. Mesmo quando relatam terem seduzido a vítima, não acreditam que a responsabilidade tenha sido apenas sua. Um estudo mais recente, como o de Marques (2005), confirmou essa realidade no que se refere à responsabilização. A pesquisa apresentou que abusadores negam o ocorrido e, quando assumem, relatam tratar-se de algo normal ou ainda atribuem a culpa a outras figuras, como a mãe da criança ou a vítima, isentando-se da responsabilização.

*c) Instauração ou não do sentimento de culpa*

Neste caso, logo identificamos o sentimento de culpa, que foi encontrado em toda a fala do participante. O pedido de tratamento também esteve sempre presente em seu discurso, além da responsabilização por seus atos. Ele parece encontrar no presídio um meio para aliviar esse sentimento perturbador e infeliz que já o fez pensar em suicídio, bem como aceitar a pena de morte, caso lhe fosse determinada.

Num dos trechos de sua entrevista, quando nos fala de um diálogo entre ele e sua esposa, na época, após ser descoberto, relatou: *Se tiver que pagar por esse crime eu vou pagar, mas fugir eu não vou.* Aqui é notória a responsabilização que atribui ao seu ato. Quando lhe foi perguntado se tem saudades em relação aos filhos, diz: *Eu não sinto não, pelo seguinte: porque eu tenho vergonha do que fiz.* Num outro trecho nos fala: *Eu vou fazer um tratamento lá fora, para que mais tarde eu não caia em tentação.*

Quanto ao arrependimento acerca do ocorrido relata:

*Doença mental. No meu caso eu acho que sim, porque quando a pessoa volta a si... Arrepende-se do que fez e destrói por si próprio. [...] Eu estava casado com a minha esposa, morava numa casa e por causa disso foi destruído o meu lar. Destruído e quebrado.*

É possível observar o arrependimento que sente por ter ocasionado a destruição da sua família. Vimos em sua história que ter uma família foi algo difícil de ser construído, do abandono da genitora à sua não entrada no quartel. Parece que os vínculos que estabeleceu durante a vida foram frouxos e passageiros. Mesmo na FEBEM, quando disse que foi o local onde se sentiu melhor, se refere ao trabalho que lá aprendeu, não citando vínculos afetivos com pessoas.

Segundo Bowlby (1907/1998), na sua teoria da vinculação ou apego, quando uma criança é privada, prolongadamente, de cuidados maternos isso pode causar efeitos de graves consequências em sua subjetividade, por exemplo, a dificuldade em formar vínculos afetivos ao longo da vida. Para Silva (2007), esse fato tanto se relaciona a crianças abrigadas quanto àquelas que sofreram separações dos pais, ou ainda, aquelas que, apesar de viverem em seus lares, são negligenciadas.

O entrevistando não negou, em nenhum momento, seus atos perante as autoridades da lei externa, que aqui poderíamos entender como a sua família e a justiça. Segundo Freud (1930/2010), a autoridade externa é aquela que faz o indivíduo renunciar as satisfações para não perder o amor provindo do mundo externo. Quando há essa renúncia, o sentimento de culpa não existe. Desse modo, Augusto perdeu o amor da família e permanece excluído pela sociedade de fora e de dentro do presídio, uma vez que quem comete esse crime é percebido, não raro, como monstro.

No seu caso, inferimos ainda sobre um fato que nos preocupa. O participante, em vários momentos da entrevista e na análise do Rorschach, mostrou comportamentos depressivos, como o pensamento suicida, a baixa autoestima, quando não se defende na discussão da pena de morte, além de algumas respostas consideradas negativas no protocolo do Rorschach, por exemplo, nas lâminas I (*Essa parte do meio é um monstro*), V (*Uma pessoa levando duas pessoas; duas pessoas sem a cabeça*) e IX (*Dois ursos sendo jogados no fogo*). Não sabemos se há um distúrbio depressivo instalado, mas podemos observar que há indicadores depressivos.

Supúnhamos que a autoridade externa para Augusto poderia relacionar-se com a família e a justiça. Quanto à autoridade interna, essa pode estar associada ao afastamento e vergonha dos filhos, o desgosto ao ver uma criança e o medo de novas recorrências, que o faz se afastar de ambientes onde há infantes. A autoridade interna é a formação do superego no indivíduo. Embora se renuncie atos maus, só o fato de tê-lo pensado já conduz o indivíduo à infelicidade do sentimento de culpa. Do superego não se esconde nada, portanto, renunciar aos impulsos já não é mais libertador. O sentimento de culpa é inevitável (Freud 1930/2010). Nesse sentido, para Augusto, parece não bastar a punição social (reclusão); deve haver também a punição interna praticada contra si, quando, por exemplo, pensa em suicídio e menospreza a si mesmo. Poderíamos supor que a agressão que ele praticou contra seu filho agora se volta para si, através desses comportamentos depreciativos.

Uma pesquisa realizada pelo Dr. Roland Zahn e colaboradores da University of Manchester (Inglaterra), investigou a relação entre sentimento de culpa e depressão. O estudo também contou com o apoio do Dr. Jordan Grafman e do Dr.

Jorge Moll, do Centro para Neurociências LABS-D'Or, do Rio de Janeiro (Haworth, 2008). Segundo o estudo, foi observado que “o comportamento social que não se adequa aos valores de um indivíduo evoca sentimentos de raiva quando esse comportamento é visto em outra pessoa, ou sentimentos de culpa quando o comportamento é adotado pelo próprio indivíduo” (s. p).

Desse modo, o sentimento de culpa que acomete Augusto pode ser explicado porque ele, embora tenha praticado a violência sexual, não aprovou o seu comportamento, o que faz surgir a depressão. Também não devemos esquecer que o ambiente presidiário pode contribuir para tais comportamentos, uma vez que abusadores não são bem-vindos e muitas vezes são violentados e excluídos do grupo.

Freud (1930/2010) nos relata que, por fazermos parte de uma cultura, devemos frear a nossa agressividade dirigida ao mundo externo. Então, para ser neutralizada, ela deverá voltar ao seu ponto de partida, ou seja, para o próprio eu do indivíduo, causando, assim, desconfortos como o sentimento de culpa e outros sintomas. Desse modo, nos questionamos: será que o comportamento depressivo que Augusto apresentou não seria uma introjeção da agressividade praticada contra o filho, que agora volta para si em forma de culpa e depreciações?

## Psicograma de Augusto

Localização	Determinantes	Conteúdos	Fenômenos Especiais
G= 33% D= 57% Dd= 10%	ΣF= 38% F+= 50% FC= 1 CF= 1 C= 1 M= 3 FM= 6 Fc= 1	H= 2 Hd= 2 (H)= 1 A= 8 Ad= 2 (A)= 4 Sg= 2 Sexo= 1 Fogo= 1 Pl= 1 Obj= 1	Agressividade = 6 Mutilação = 3 Oralidade = 3
R= 21 Pop= 14% IR= 2	M+FM+m: FC+CF+C= 9: 3 G: M= 7: 3	A= 67% H= 24%	M: FM+m= 3: 6 FC: CF+C= 1: 2

### Análise do Psicodiagnóstico de Rorschach

Quanto ao Rorschach, o participante apresentou um número de respostas dentro da média (R= 21), o que indica capacidade de produção. No entanto, isto é contraditório uma vez que a qualidade das respostas não é satisfatória, dado que o F+ foi baixo (F+= 50%). O seu tipo de percepção demonstra a presença tanto de uma visão global da realidade, como objetividade, estando um pouco prejudicado o seu senso de observação (G= 33%, D= 57% e Dd= 10%). Apesar de demonstrar um curso de pensamento ordenado, apresentou imaturidade e estereotipia do pensamento, pois o conteúdo animal foi bastante elevado (A= 67%). Embora ele tenha mostrado interesse pelo humano, houve o predomínio do (H) e Hd, que

significam ansiedade e inibição no contato. Desse modo, podemos dizer que, apesar do desejo de estabelecer relacionamento interpessoal, este é vivido de forma receosa. Isto pode ocorrer também devido ao local onde ele está, ou seja, um ambiente em que não há relações de confiabilidade, onde ele é mal visto pelos demais e, quando há, são cautelosas. A estes dados se acrescentam várias respostas com conteúdo sangue (duas) e os fenômenos especiais agressividade e mutilação (nove). Apresentou um tipo de vivência introversivo, o qual denota mais imaginação, uma volta para seu mundo interno e dificuldade de expressar afetividade ( $M + FM + m : FC + CF + C = 9 : 3$ ). A fórmula do nível de aspiração ( $G: M = 7 : 3$ ) revela que Augusto parece ser uma pessoa que elabora mentalmente mais do que age. Mostrou ser uma pessoa incapaz de controlar os impulsos, deixando-se levar por eles ( $M: FM = 3 : 6$ ). Também apresentou baixo controle afetivo ( $FC: CF + C = 1 : 2$ ). Por fim, mostrou-se um tanto afastado da realidade, uma vez que as respostas populares, que mostram a adequação ao pensamento do grupo, e as respostas que constituem o índice de realidade estiveram abaixo do esperado ( $Pop = 14\%$  e  $IR = 2$ ).

No aspecto qualitativo, nota-se a preocupação ou necessidade de alimentação, dada a presença de três respostas com esse teor. O examinando deu respostas consideradas negativas nas lâminas I, que representa o posicionamento do indivíduo frente a situações novas (*Essa parte do meio é um monstro*); na V, que é a lâmina correspondente ao eu e à realidade (*Uma pessoa levando duas pessoas; Duas pessoas sem a cabeça*), e na lâmina VI, que é a da sexualidade (*A parte da carne de uma pessoa partida ao meio*). Em síntese, trata-se de uma pessoa com baixo controle intelectual, emocional, com estereotipia e imaturidade acentuadas. Parece viver mais no plano da fantasia do que na realidade, a qual está comprometida.

## Integração entre a Entrevista e o Rorschach

Acreditamos fazer-se necessário apresentar algumas aproximações sobre a dinâmica subjetiva de Augusto, percebidas na entrevista e no Rorschach. No entanto, lembramos que a subjetividade de uma pessoa é muito ampla e ultrapassa os meandros de uma entrevista e de um teste projetivo. Podemos dizer que sua história de vida o conduziu a uma preocupação quanto a questões referentes à alimentação. No Rorschach, além de terem sido identificadas três respostas com esse fenômeno especial, a prancha de que ele mais gostou foi a VIII, que simboliza a sociabilidade e o relacionamento superficial: *“O urso tá caçando o seu alimento, de onde é a criação dele, pois não tem como sobreviver”*. A ênfase dada à alimentação pode estar relacionada à sua carência econômica, uma vez que relatou, na entrevista, ter passado por vários momentos de necessidade, mas também pode estar relacionada a uma carência afetiva, uma vez que não recebe visitas e pedófilos não são bem-vindos em presídios. Augusto parece ser uma pessoa solitária.

Outro fator para o qual chamamos a atenção é o seu baixo interesse pelas pessoas, indicando que seu relacionamento interpessoal é escasso e receoso. Durante a entrevista, disse-nos que, quando sair do presídio, irá procurar viver a sua vida, sem frequentar a casa de ninguém: *“a casa dos outros não tem o que se dar”*.

Em sua entrevista, demonstrou ser um indivíduo que procura obedecer a certas pessoas dentro do presídio, pois assim, apenas tem o que ganhar. Também observamos em Augusto que as suas respostas com teor de agressividade e mutilação parecem ser a marca de uma agressividade dirigida efetivamente para si, uma vez que ele relatou ter pensado em suicídio, além da própria baixa autoestima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, salientamos a importância de um tratamento psicológico voltado para as pessoas que cometem atos de abuso sexual. A partir do caso em questão, podemos mostrar o interesse que há em evitar recorrências e o esforço que é realizado para isso.

Mas também reconhecemos os limites de nossa pesquisa. As deduções acerca da construção psíquica de um homem, baseadas apenas em dois instrumentos, incapacita-nos de fazer generalizações. Contudo, esperamos ter contribuído para que outros estudos se voltem sobre essa problemática.

Ferenczi, no texto *Psicanálise e criminologia* (1928/1992), falou de uma criminopsicologia que no futuro servirá como meio para a ressocialização de criminosos, sejam estes neuróticos ou perversos, podendo até, em certos casos, ser curados. O autor relatou que, segundo Freud, durante o processo de tratamento psicanalítico, o terapeuta deverá conduzir o analisando ao aprendizado de suas responsabilidades, inclusive estendendo-as para as tendências inconscientes, e assim ele será capaz de dominar seus atos involuntários.

Todavia, uma pergunta nos inquieta: o que acontece com a responsabilização do sujeito quando, a este que comete um crime, é negado um tratamento psicoterápico dentro do presídio? Ou seja, questionamos a eficácia do regime prisional em ressocializar os presidiários que cometem crimes de abuso sexual, uma vez que a eles não são cedidas ações psicoterápicas junto a profissionais.

Embora não tenha sido nosso objetivo focar o modo precário do sistema prisional, sabemos que, quando o assunto é tratamento, este é praticamente inexistente. Infelizmente a ressocialização, em determinados casos, é quase

impossível, uma vez que o indivíduo, quando é preso, torna-se esquecido pelo sistema carcerário. A criminopsicologia que Ferenczi defendia parece estar ainda muito distante da nossa realidade, ou então, caminha a curtos passos.

Assim, a partir desse estudo, esperamos mostrar para a sociedade que há a possibilidade de implantação de políticas públicas voltadas para essa população. Desse modo, seria interessante a implementação de discussões acerca de medidas interventivas, uma vez que existe a probabilidade de dar certo, ou seja, de prevenir novos casos, além de ressocializar sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia: monstro ou doente? *Psique ciência e vida*, 27, 33-39.
- Associação Psiquiátrica Americana. (1995). *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* (4 ed.). (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (1998). Separação: Angústia e raiva. In L. H. B. Hegenberg, O. S. da Mota e M. Hegenberg (Trads.), *Trilogia Apego e perda* (Vol. II. pp. 03- 62). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1907)
- Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (2000, novembro). *O incesto: O abuso sexual intrafamiliar*. Recuperado em agosto, 2010, de [www.cedeca.org.br/PDF/incesto\\_cohen.pdf](http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto_cohen.pdf) agosto de 2010
- Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In. *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp. 09- 23). Rio de Janeiro: Garamond.
- Ferenczi, S. (1992). Psicanálise e criminologia. In. A. Cabral (Trad.), *Obras completas de Sándor Ferenczi* (Vol. Psicanálise IV pp. 193- 207). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1928)

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In. A. Cabral (Trad.), *Obras completas de Sándor Ferenczi* (Vol. Psicanálise IV pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1933)

Forward, S & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. (S. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.

Freud, S. (1996). Totem e tabu. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13 pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913)

Freud, S. (1996). O Ego e o Id. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19 pp. 25-80). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923)

Freud, S. (1996). O problema econômico do masoquismo. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19 pp. 175- 188). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924)

Freud, S. (2010). O mal-estar na cultura. In. R. Zwick (Trad.), *Coleção L&PM POCKET* (Vol. 850 pp. 39-191). Porto Alegre: L&PM. (Originalmente publicado em 1930)

Haworth, A. (2008, 01 de setembro). *Descoberto como os sentimentos de culpa ligam-se à depressão*. Recuperado em 24 de setembro, 2010, de <http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=descoberto-como-os-sentimentos-de-culpa-ligam-se-a-depressao>

Hisgail, F. (2007). *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras.

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise* (4 ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Lévi-Strauss, C. (1969). O problema do incesto. In: Canevacci, M. (Org.), (1984). *Dialética da família* (3 ed.) (pp. 176-195). São Paulo: Brasiliense.

Marques, H. M. de V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicopatológicos dos protagonistas de incesto*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília.

Minayo, M. C. (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, M. N. M. (2007, março). Crianças e adolescentes: As vítimas de maus-tratos e negligência precoce. *Revista Associação Brasileira de Psicopedagogia*. Recuperado em 12 de novembro, 2010, de <http://www.abpp.com.br/artigos/80.htm>

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.

Vaz, C. E. (1990). *O Rorschach: teoria e desempenho*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 07- 72). Petrópolis, RJ: Vozes.

## PEDOFILIA E RORSCHACH: ANÁLISES DE DOIS CASOS

*Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho*

*Luciana Leila Fontes Vieira*

*Cristina Maria de Souza Brito Dias*

### RESUMO

Considerada a perversão da nossa época e um problema de saúde pública, a pedofilia intriga pesquisadores que se questionam sobre o comportamento pedofílico. Este artigo teve como objetivo investigar peculiaridades psíquicas sobre dois detentos reclusos na Penitenciária Professor Barreto Campelo por haverem praticado respectivamente violência intrafamiliar e extrafamiliar de natureza pedofílica. Como instrumentos, foram utilizados o método do Rorschach e uma entrevista semiestruturada. As informações coletadas no Rorschach foram analisadas e interpretadas de acordo com os indicadores do teste, enquanto que a entrevista foi submetida à Análise de Conteúdo Temática. Ambos os casos negaram ter praticado a pedofilia, no entanto, com a ajuda do Rorschach, encontramos conteúdos intrapsíquicos que corroboram a literatura estudada. As percepções sobre as crianças retratam um discurso politicamente correto, ao definí-las como vítimas. Deparamo-nos com defensividade quanto ao tema, rigidez nas relações e afetividade prejudicada.

**Palavras-chave:** Pedofilia; Violência; Rorschach.

## **PEDOPHILIA AND RORSCHACH: ANALYSE OF TWO CASES**

### **ABSTRACT**

Pedophilia is considered the perversion of current times and a public health problem, intriguing researchers who study on pedophile behavior. This paper had as aim to investigate psychological particularities in two prisoners from Professor Barreto Campelo Penitentiary, who had practiced intrafamiliar and extra familiar violence of pedophile nature respectively. The Rorschach method and a semi structured interview were used as instruments. Rorschach's information were analyzed and interpreted according to the test's indicators, whereas the interview was submitted to Thematic Content Analysis. Both participants denied having practiced pedophilia, however, with Rorschach's aid, we have found intrapsychological contents that corroborate literature findings. The perceptions of children show a politically correct speech, defining them as victims. We have observed defensiveness face to the theme, rigid relations and impaired affectivity.

**Keywords:** Pedophilia; Violence; Rorschach.

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da Psicanálise até os dias de hoje, os estudos sobre abuso sexual foram se aprimorando, sempre em busca de desvelar a configuração subjetiva dos indivíduos chamados perversos.

A perversão é um tema difícil de conceituar, uma vez que é percebida por diversas perspectivas clínicas, estando relacionada, por vezes, à sexualidade, à estrutura psíquica e aos modos de subjetividade impulsivos. Nesse sentido, quando o assunto é perversão, sempre se quer silenciá-la, excluí-la e expulsá-la da condição humana. No entanto, segundo Roudinesco (2008), a perversão não apenas existe desde os primórdios da sociedade, como também está atrelada à ideia de bom e mau que há no processo civilizatório. Pensando assim, parece algo impossível extirpá-la do ser humano.

Então, por ser um tema por vezes confuso, parece-nos complexo classificar alguém como perverso, afinal “os mais diferentes e insólitos tipos de satisfação estão presentes em todos nós, de forma atenuada, disfarçada ou restrita” (Dunker, 2010, s.p). No que se refere ao tema do abuso sexual contra crianças, podemos dizer que ele acontece dentro de um contexto perverso, embora não possamos generalizar e afirmar exatamente em qual, devido às construções psíquicas de cada ser. Seja o abusador categorizado como pedófilo pelo DSM IV, aquele que possui um distúrbio psíquico, ou o criminoso transgressor da lei, dentre outros, segundo o autor, o que importa é a maneira como ele irá posicionar o outro (a criança) a favor do seu gozo, não se importando com ninguém, pois o que vale é o que ele abala no outro.

## Uma revisão da literatura sobre os abusadores sexuais

Ferenczi (1933/ 1992) apresentou em seus estudos que muitos adultos, geralmente próximos às crianças, de fato cometiam abuso sexual contra elas. Assim, foi-nos apresentado que muitas dessas crianças viveram essa experiência de modo traumatizante, sendo uma das consequências a identificação com o agressor. Portanto, não se deve desacreditar numa criança quando ela informa uma situação de violência sexual sofrida. Temos a responsabilidade de ouvir o infante, afinal, há casos em que a criança abusada de hoje pode tornar-se o agressor de amanhã. Segundo Del-Fraro Filho (2004), nesses casos não há elaboração e a compulsão se repete indefinidamente, via sonhos traumáticos ou atuações. Claro que isso não se constitui como regra, mas alguns profissionais atuantes na área afirmam que abusos sofridos durante a infância podem desencadear uma pedofilia<sup>9</sup> na vida adulta. Hisgail (2007) relatou que em alguns casos, durante a infância, o abusador sexual teve em seu contexto familiar outros fatores prejudiciais além da violência sexual, tais como a miséria ou a ausência de figura paterna. Desse modo, não devemos deixar de investigar a história individual, o contexto social e familiar de cada um.

Em um estudo com 91 homens agressores sexuais infantis, investigou-se como os abusadores se relacionavam com crianças (Elliot, Browne & Kilcoyne, 1995, citado por Moura, 2007). Para tal, foi utilizado um instrumento<sup>10</sup> que abrangia diversas informações relacionadas à vida dos abusadores. Concluíram que esses

---

<sup>9</sup> Entendemos a pedofilia como a prática sexual exercida por um adulto contra uma criança ou pré-púbere. Tal ação pode variar da contemplação de fotos e filmes eróticos até estupro.

<sup>10</sup> Sobre esse estudo não foram informados detalhes sobre o instrumento utilizado e nem peculiaridades sobre a metodologia.

homens tinham preferência por meninas com idade entre oito e treze anos, sendo que 66% informaram que a criança abusada era sua conhecida. Quanto à seleção das vítimas, 42% alegaram que buscavam por crianças bonitas, 27% procuravam escolher pela vestimenta “provocante” da vítima, de preferência as que usavam miniblusas e minissaias. Outros 49% informaram que procuravam por crianças que pareciam não ter pessoas de confiança, que tinham baixa autoestima ou ainda problemas familiares. Por fim, 13% selecionavam as vítimas pela aparência de inocência ou que pareciam crianças que não comentariam o abuso com outras pessoas.

Outra pesquisa afirmou que abusadores sexuais infantis dão importância apenas às suas próprias necessidades, seus anseios e desejos, ou seja, são pessoas autocentradas (Ward & Kennan, 1999, citados por Moura, 2007). Há ainda os que possuem baixa autoestima e imaturidade, assim, não conseguem lidar com determinadas situações, buscando amenizar o estresse através de uma fantasia de poder.

A produção científica sobre os protagonistas de abuso sexual aumenta a cada dia, sempre na tentativa de contribuir com a literatura existente. No entanto, há poucos estudos sobre essa população utilizando o Psicodiagnóstico de Rorschach.

Bridge, Wilson e Gacono (1998, citados por Rossetto & Schubert, 2000) compararam 60 protocolos de Rorschach de pedófilos, classificados pelo DSM-IV, aos protocolos de 60 detentos sem histórico de agressão sexual.

O Rorschach dos indivíduos pedófilos continha significativamente maior número de respostas, elevado sinal de ansiedade, desorientação, visão distorcida do outro e necessidades primitivas de dependência, numa proporção mais elevada do que o grupo de controle. Como outros detentos,

os pedófilos demonstraram alteração na percepção de si (tanto autoestima rebaixada quanto foco excessivamente voltado para si próprio), tendências a fantasias como também negativismo e hostilidade. Os pedófilos demonstraram traços associados aos transtornos narcisistas de personalidade (p. 64).

Rossetto e Schubert (2000) analisaram a personalidade de um pedófilo através das técnicas psicológicas do HTP e do Rorschach. Concluíram que o participante possuía “personalidade imatura com controle interno precário sujeito a descargas hostis e explosivas. Demonstrou conflitos nas relações interpessoais com forte carga de insegurança e angústia. Quanto ao desenvolvimento psicosexual, observaram-se conflitos quanto à identidade com componentes sádicos” (p. 62).

Mediante o exposto, este artigo analisou dois casos de violência sexual contra menores, objetivando discorrer sobre as suas peculiaridades.

## MÉTODO

### **Participantes<sup>11</sup>**

Participaram deste estudo dois homens reclusos na Penitenciária Professor Barreto Campelo (PPBC) – Ilha de Itamaracá/ PE – pelo crime de violência sexual contra criança.

---

<sup>11</sup> Foram dados nomes fictícios aos participantes da pesquisa.

## Histórico da vida de Hilton

Hilton, na época da coleta de informações, estava com 49 anos de idade, era viúvo, não chegou a estudar e como profissão fazia de tudo antes de ter sido preso, enquanto que, dentro da penitenciária, trabalhava como faxineiro. Sua religião era a evangélica batista. Segundo informações da sua sentença, foi condenado em 2002 pelos artigos<sup>12</sup> 213, 214 e 226 II do Código Penal Brasileiro (CPB), em regime fechado, com reclusão de 20 anos. Os artigos citados fazem menção à legislação anterior a 2009, ano em que foi revogado o Código Penal Brasileiro, no que se refere aos crimes de violência sexual. Por questões de direitos humanos, Hilton mantém a mesma penalidade de quando foi condenado.

Quanto à sua família de origem, numa aparente ambivalência, relatou-nos que se relacionava bem com a mãe e o padrasto e que seu pai biológico nunca procurou saber dele. Começou a trabalhar aos 10 anos de idade para ajudar em casa. Teve ao todo 11 irmãos, tendo sido um assassinado. Sobre a sua infância, disse-nos que foi sem amor, sem carinho e com muito trabalho, o que o tornou uma pessoa revoltada com a família, saindo de casa aos 15 anos. Sua mãe e seu padrasto são falecidos.

No que se refere à sua família constituída, disse-nos que foi casado por 25 anos. Sua esposa permaneceu do seu lado, mesmo após a denúncia de abuso sexual contra a filha do casal. Com a mulher, teve duas filhas. Fala da sua falecida esposa com carinho e afeto, alegando que ela foi a única pessoa que não o desprezou. Não soube informar o motivo de sua morte, mas disse que ela apanhava

---

<sup>12</sup> Art. 213 – constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Art. 214 – constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Art. 226 II – Aumento de pena se o agente é ascendente, pai adotivo, padrasto, irmão, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.

bastante do genro (marido de sua filha mais velha), uma vez que ele era dependente de drogas e sempre a espancava quando ela não dava dinheiro a ele.

O participante relatou que a relação existente entre ele e as filhas era amistosa. Foi denunciado por uma vizinha, a qual relatou na delegacia que Hilton estuprou a filha mais velha. Quando se referiu a essa filha, chamou-a de “*a do problema*” (sic). Seria mesmo uma relação amistosa? A todo o momento se contradisse, quando o assunto era família de origem e constituída. Ainda nos disse que é avô de quatro netos, filhos de sua primogênita. Quanto à “*caçulinha*” (sic) falava com ela por telefone sempre lhe dando conselhos.

No início da entrevista, Hilton imaginou que estávamos fazendo uma triagem para transferi-lo para outra penitenciária, com regime semiaberto. Disse que não gostaria de sair da instituição onde estava, pois, caso fosse transferido para a outra, lá encontraria pessoas que poderiam matá-lo. O mal-entendido foi desfeito e iniciamos a entrevista.

Quando se apresentou para a pesquisa estava com o corpo molhado e numa postura inibida. Durante toda a entrevista falou baixo e manteve a cabeça baixa, no entanto, o seu olhar ativo “andava” por onde conseguia alcançar. Desse modo, demonstrou defensividade durante a entrevista. Primeiro negou informações quanto ao seu sobrenome, revelando apenas parte do mesmo. Durante a aplicação do Rorschach, além de mostrar-se sem ação para pegar nas lâminas, também pareceu ter dificuldade motora ao pegar o lápis para circular as figuras do Rorschach, o que nos fez questionar se foi uma tentativa de não realizar o teste. Na entrevista, ele desviou muitas vezes o assunto das perguntas que a pesquisadora lhe fez, principalmente quando faziam menção ao abuso sexual, talvez na tentativa de mascará-lo e até mesmo de controlar a entrevista ao seu favor. Durante grande

parte do tempo, mostrou um discurso vitimizado de que é desprezado pela família, no entanto, acreditamos que tais relatos fazem parte do seu comportamento defensivo em não nos falar sobre o incesto. Num momento da entrevista a pesquisadora lhe perguntou: “Como é a sua relação com as crianças? Como o senhor lida com as crianças?” Logo, ele respondeu de modo irritado: “*Eu não estou entendendo onde a senhora está querendo chegar*” (pigarros). Parece ter se sentido invadido com a pergunta, de tal modo a se incomodar e reagir com certa agressividade na fala. A face de vítima, passivo e indefeso que trazia, nesse momento, desapareceu. Logo em seguida, tornou a falar tranquilamente, baixo e desviando as perguntas que a pesquisadora lhe fazia, como no início.

Percebemos que o ato de vitimização esteve presente em praticamente todos os presidiários com os quais conversamos sobre a possibilidade de participação na pesquisa. Escutar o participante foi difícil, uma vez que, fora da sala, onde ocorreu a coleta de informações, o barulho estava grande, além de ele falar baixo.

### Histórico de vida de Joaquim

Joaquim, no momento da coleta de informações, possuía 55 anos de idade, estava divorciado de uma mulher, viúvo de outra e tinha uma namorada que o visitava. Estudou até o primário, era operador de máquinas e sua religião era católica. Tem três filhas, sendo uma adotada. Foi denunciado pela mãe da criança abusada. Encontrava-se preso há um ano e sete meses na PPBC. Trata-se de um caso de abuso sexual extrafamiliar.

A relação que possuía com a sua família de origem era respeitosa. Seus pais foram pessoas que o educaram, e, por essa razão, Joaquim é muito grato a eles.

Refere-se ao pai como um amigo com quem praticava muitas atividades. Enquanto que a sua mãe era uma mulher dedicada e, por trabalhar em casa, cuidava dele na “*hora certa*” (sic). Teve oito irmãos, tendo um já falecido.

Foi casado duas vezes. Do primeiro casamento teve uma filha que, ao se divorciar, levou consigo. A segunda filha (adotiva), ele pegou para criar quando soube de uma criança que estava apenas com a “*pele e o osso*” (sic), assim a caracterizou. Enquanto a sua mãe era viva, ela cuidava das netas. Porém, com a sua morte, Joaquim chamou a ex-mulher, entregou a filha biológica, pediu à sua irmã para cuidar da outra, pois acreditava que homem não podia cuidar sozinho de meninas, e foi morar em São Paulo. Lá, conheceu e casou-se com outra mulher com a qual conviveu por 25 anos. Essa já tinha uma filha que o chamava de pai. Sua esposa veio a falecer e o participante voltou para o Recife. Dessas três filhas, possui dez netos, ao total, no entanto, não falou sobre eles. Atualmente tem uma namorada que vai visitá-lo na penitenciária. Sobre ela, ele diz: “*não é um negócio de... de... de marido e mulher [...] é só para dizer que tem. A gente preso tem que ter uma pessoa para conversar*” (sic).

Ao que parece, Joaquim não construiu vínculos afetuosos com as três companheiras que mencionou; não se referiu a elas em nenhum momento com carinho. Tivemos a impressão de que as relações amorosas são percebidas por ele como negócios, talvez como meio de não se envolver (características vistas também no Rorschach). A mulher que conheceu em São Paulo foi citada por ele como companheira, no entanto, sobre ela não falou nada. Quanto à namorada atual parece servir apenas como ponto de escape para as insatisfações encontradas na penitenciária, segundo ele: “*Não é coisa de marido e mulher [...] Não é namorada, é só para dizer que tem. A gente tem que ter uma pessoa para conversar*”.

De acordo com ele, no dia do ocorrido estava acomodado na casa de uma de suas filhas. Nesse dia foi à praia, onde bebeu três cervejas e três “*pingas com limão*” (sic). Ao voltar para casa, foi trocar de bermuda. Quando a retirou, a menina vitimada entrou e permaneceu sentada atrás de Joaquim, não tendo ele percebido a sua presença. No momento em que a sua filha entrou no cômodo e o viu vestindo a roupa, logo acreditou que aconteceu uma violência sexual. No mesmo momento entrou a mãe da menina, a qual, segundo ele, fez um escândalo e o denunciou. Quanto à criança, ele relatou que a mãe da mesma era negligente em seus cuidados.

Embora o entrevistado não tivesse confessado o crime, durante o atendimento, mostrou-se “colaborador”, atento e buscou passar boa impressão. Quando solicitamos a sentença do mesmo à direção da penitenciária, esta não foi encontrada. Desse modo, não tivemos em mãos a sentença criminal. Acreditamos que Joaquim tenha nos dado um falso nome, uma vez que na análise do Rorschach apresentou características de inibição, defensividade e paranoia. No caso desse participante, utilizamos como critério de inclusão no estudo o fato de estar recluso e de ele ter nos relatado ser protagonista de uma situação de abuso sexual contra criança. No entanto, não há como garantir a sentença criminal de nenhum dos participantes.

## **Instrumentos**

Foram utilizados dois instrumentos: o primeiro foi o teste projetivo Psicodiagnóstico de Rorschach – desenvolvido pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach. A técnica consiste em dar possíveis interpretações a dez pranchas com manchas de tinta simétricas. A partir das respostas, procura-se obter um quadro

amplo da dinâmica psicológica do indivíduo. Para a codificação e a interpretação das informações apresentadas nesse estudo tomamos o sistema adotado por Cícero Emídio Vaz (vide anexo C). A aplicação acontece em duas fases: a associação livre e o inquérito, enquanto que as respostas são classificadas sob cinco grandes aspectos: a localização, os determinantes, os conteúdos, os fenômenos especiais e a popularidade das respostas. Em suma, o teste é analisado em seus aspectos quantitativos e qualitativos (Vaz, 1990).

Utilizamos também um roteiro de entrevista semiestruturada (vide anexo B), composto por perguntas abertas e fechadas pelo qual entrevistado e entrevistador podem falar abertamente sobre o tema, sem se prenderem as questões formuladas (Minayo, 2007).

### **Procedimentos de Coleta dos Dados**

Primeiramente, a pesquisa obteve a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco sob o parecer de número 059/2009. Posteriormente, através da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco (SERES), fomos encaminhadas à unidade prisional Penitenciária Professor Barreto Campelo (PPBC), onde há homens que foram condenados por diversos crimes, dentre eles de abuso sexual contra menores.

Ao chegar à penitenciária, a responsável pelo setor de laborterapia conduziu-nos a uma sala onde realizamos a coleta dos dados e deixou à nossa disposição um presidiário responsável para ir à busca da população que desejávamos. Na sala, estavam as pesquisadoras e os respectivos entrevistados. A eles foi explicado o objetivo da pesquisa, bem como o sigilo das informações, e, logo em seguida, foi-

lhes perguntado se aceitariam participar. Muitos recusaram, principalmente, porque estavam perto de adquirir regime semiaberto. Aos que aceitaram participar, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a assinatura. A partir de então, se iniciou a coleta das informações. Inicialmente, a pesquisadora fez uma abordagem junto aos participantes, com a finalidade de obter os dados de identificação e estabelecer um *rapport*. Posteriormente, foi realizada a aplicação do Rorschach, e, por fim, a entrevista semiestruturada. Esta foi registrada em gravador, com o consentimento dos entrevistados.

Ao término da coleta, conseguimos realizar três entrevistas e Rorschachs. No entanto, analisamos apenas duas (um caso de violência intra e um extrafamiliar). Um dos três participantes rejeitou cinco das dez lâminas apresentadas, inviabilizando, assim, a sua participação. Não sabemos se, de fato, ele não conseguiu interpretar as lâminas ou se foi um modo de resistência à pesquisa.

Desse modo, devido à escassez de participantes, não conseguimos a amostra que inicialmente gostaríamos (apenas homens que praticaram violência sexual extrafamiliar contra crianças). Então, utilizamos como critério de inclusão a participação dos homens que haviam praticado algum tipo de violência sexual contra crianças (de caráter intra ou extrafamiliar) e que aceitaram colaborar com a pesquisa.

### **Procedimentos de Análise dos Dados**

Inicialmente, codificamos e interpretamos as informações obtidas com o Rorschach. No que se refere às entrevistas, as submetemos à análise de conteúdo temática, de modo a encontrar os eixos temáticos que respondessem nossos objetivos. Esse tipo de análise dedica-se à investigação do sentido contido nas falas

dos entrevistados, a “frequência de recorrência de certos termos, aparato e andamento do discurso” (Turato, 2003, p. 440). Dessa forma, é possível explicar os registros latentes e compreender os sentidos e significados que os participantes dão aos fenômenos vivenciados no contexto sociocultural. A partir de então, o material encontrado foi submetido a correções gramaticais nas falas dos participantes sem modificar o significado do que foi dito. Em seguida, passamos para a etapa das análises fazendo interpretações, com base na literatura psicanalítica sobre o dinamismo psíquico dos participantes.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Tomando os três eixos encontrados nesta pesquisa – Concepções sobre pedofilia, Representações sobre as crianças e Instauração ou não do sentimento de culpa –, daremos início à discussão das informações obtidas com a entrevista e com a análise do Psicodiagnóstico do Rorschach. Informamos que participaram desta pesquisa três indivíduos, no entanto, neste artigo foram analisadas as informações obtidas com dois entrevistados.

### **Caso 1: Hilton**

#### **1.1 Análise da entrevista de Hilton**

##### *a) Concepções sobre pedofilia*

A fala de Hilton sobre a autopercepção e o modo como ele acredita que a sociedade vê os presidiários e pedófilos, parece fazer parte de uma mesma

concepção. Para a população, os presidiários são considerados pessoas sem valor, e é desse modo que Hilton também se percebe:

*Eu me sinto ninguém. Depois que a gente cai aqui dentro a gente não é nada para a sociedade. Eu me sinto uma pessoa assim... Um nada, tão desprezado e sem moral. Sinto-me humilhado e desprezado. A gente não é digno da sociedade. A gente, quando chega aqui dentro [presídio], as pessoas querem matar, esfolar, fazer e acontecer, então, me sinto um ninguém para a sociedade.*

Observamos a baixa autoestima que há nele, quando se denomina um ninguém e sem moral. Tais sentimentos parecem ocorrer por dois motivos: o desprezo da família e o preconceito da sociedade. Todo esse discurso parece conduzi-lo a uma autopercepção vitimizada, apresentando-se corporalmente e no modo de falar como uma pessoa aparentemente indefesa.

Além do mais, podemos afirmar que o entrevistado realiza uma aproximação entre a forma desqualificatória como a população percebe os presidiários e a forma violenta como os encarcerados agem sobre os abusadores. Segundo o entrevistado, ao entrar no presídio, foi espancado, o que parece ser comum nestes casos. Almeida-Prado (2004) relata o efeito avassalador para aqueles que sofrem uma violência social, ou seja, a “destruição da subjetividade e do sentimento de pertença de um conjunto de sujeitos ou parte da comunidade por outro conjunto ou parte da mesma comunidade, como ocorre nos traslados súbitos, nas expulsões e matanças” (p. 23). Nesse sentido, Hilton parece sofrer esse tipo de violência dentro da penitenciária.

Quanto à sua opinião sobre o pedófilo, se refere a este como “*uma pessoa ridícula [insignificante] né!*” (sic) que a sociedade “*pega, faz e acontece*” (sic), ainda relatou: “*Eu mesmo sou contra esse tipo de pessoa. Uns praticam porque gostam, outros é doença.*”

Não encontramos no seu discurso semelhanças, em termos de autopercepção, voltadas para o abusador sexual; parece que Hilton não se percebe como tal. Será que Hilton acredita que o incesto praticado contra a filha é algo natural entre família e que deve ser mantido em sigilo? Estudiosos no assunto, como a advogada Maíra Barreto (2008) e as psicólogas Almeida-Prado e Pereira (2008) relatam que muitos pais, por possuírem um pensamento machista e autoritário, acreditam que devem ser o primeiro homem a ter relação carnal com a filha, e alegam que isso é natural. Segundo Maria do Carmo Modesto – líder religiosa da Ilha de Carapajó – PA –, a prática desse tipo de abuso com meninas é vista como tradição. Lá, “costuma-se dizer que quem planta a bananeira tem direito a comer o primeiro fruto” (Diniz & Coutinho, 2009, p. 84). Assim, é inegável a postura tirânica que existe por parte de alguns pais sobre o corpo das filhas. De acordo com Narvaz (2005), por vezes, surge uma “educação” voltada para a submissão, fazendo com que meninas, diante das figuras de autoridade do sexo masculino, obedeçam às suas ordens, o que prolonga as violências existentes no núcleo familiar.

## b) Representações<sup>13</sup> sobre as crianças

Com relação ao seu modo de pensar sobre as crianças, Hilton disse que gosta muito delas, e, quando esse foi o assunto, se referiu à filha mais nova na maioria das vezes. Disse-nos que, quando olha uma criança, relaciona a imagem aos bons momentos que teve com a filha caçula. *“É que quando minha garotinha era pequenininha eu pegava ela, abraçava, beijava”*.

Apresentou um discurso politicamente correto, relatando que nunca sentiu atração por crianças e que, em casos de violência sexual, os infantes são vítimas. Falou com muito entusiasmo da filha mais nova e sempre busca lhe dar conselhos pelo telefone: *“Eu dizia: não vá fazer o que sua irmã fez, ela está com quatro filhos”*.

Quanto à filha mais velha, que se referiu como a *“do problema”* (sic), parece não ser diferente. Sobre ela, de início, não quis falar, todavia, com o desenrolar da entrevista, foi apresentando discursos que podemos chamar de contraditórios. Ao mesmo tempo em que a chamou de problema, trouxe um modo de preocupação quando disse que ela já tão nova tem tantos filhos. Questionamos se isso seria uma forma de cuidado ou desejo de possessão sobre o corpo das filhas?

Segundo Sabourin (1997, citado por Marques, 2005), a transgressão e a concretização do incesto são percebidas como a realização de fantasias inconscientes em relação ao complexo de Édipo. Nas famílias incestuosas tanto pode haver uma falha na interdição dessa prática como uma deficiência da possibilidade de estruturação psíquica e social. Aqui, o incesto é tolerado e não proibido, sendo do conhecimento de todos os integrantes da família, constituindo-se

---

<sup>13</sup> Tomamos como referência o conceito de representação apresentado por Woodward (2000, p.17), ou seja, as representações seriam “as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.”

como uma dinâmica. O problema, nesses casos, não é só quanto só à prática, mas à revelação, algo tido como um segredo de família que, portanto, dela não deve sair.

Através da entrevista, vimos que a esposa de Hilton, mesmo diante da denúncia e da condenação, não o abandonou, o que faz corroborar a ideia citada acima, de uma possível família incestuosa. A complacência dessa mãe, em relação ao acontecimento, nos remete aos estudos de Ramos (2010), os quais apontam que esse comportamento, muitas vezes, surge como um desmentido. Através desse mecanismo, mulheres como parece ser a esposa de Hilton não conseguem acreditar em qualquer indicação de que o incesto ocorre, e, assim, elas se utilizam de várias explicações, tais como: “ele seria incapaz de fazer algo desse tipo”, “eu nunca vi”, “no exame ginecológico não consta rompimento do hímen”, etc. Desse modo, tais justificativas as afastam dessa cruel realidade.

Salientamos que o desmentido ocorre quando há uma recusa em aceitar a realidade, ou seja, a pessoa, diante de um fato traumático, age de modo a acreditar que o fato não aconteceu (Laplanche & Pontalis, 2001).

### *c) Instauração ou não do sentimento de culpa*

Hilton, em nenhum momento, disse-nos ter praticado o incesto, alegando que: “*Se eu tivesse feito eu diria a senhora agorinha mesmo*”. Disse-nos que a vizinha que o denunciou fez um pai e uma filha se afastarem. Segundo ele, num sentido de reprovação à ação da vizinha, em carta, a sua primogênita escreveu: “*Painho, olha só o que a vizinha fez...*”. E então ele complementa: “*Nem eu vejo mais minha filha nem ela me vê.*” Questionamos se essa carta não foi criação de

sua imaginação, com a finalidade de nos dizer que entre ele e a filha tudo ocorria bem.

Lembramos que não é o fato de negar a ocorrência do incesto que o faz sentir-se culpado ou arrependido. Acreditamos que ele tenha dissimulado sobre o ocorrido por ser um crime considerado horrendo, por estar em destaque na mídia e, principalmente, por receio de represálias, uma vez que nos disse que faltou pouco para sofrer violência sexual quando foi preso. Além do mais, mostrou-se vitimizado pela denúncia e não demonstrou nenhum sentimento de culpa diante do possível ato.

### 1.2 Psicograma de Hilton

Localização	Determinantes	Conteúdos	Fenômenos Especiais
G% = 31% D% = 54% Dd% = 15%	$\Sigma F\% = 85\%$ F+% = 73% FC = 1 FM = 1	H = 2 Hd = 1 A = 9 Obj = 1	Agressividade = 3  Rejeição vencida no inquérito = 3
R = 13 Pop% = 38% IR = 6	M+FM+m : FC+CF+C = 1: 1 G: M = 4 : 0	A% = 69% H% = 23%	M : FM+m = 0: 1 FC: CF+C = 1: 0

### 1.3 Análise do Psicodiagnóstico de Rorschach

Na análise e interpretação do Psicodiagnóstico do Rorschach, Hilton apresentou um número de respostas abaixo da média (R= 13), porém isso foi compensado pela boa qualidade das mesmas. Pode-se levantar a hipótese de que por ele ter se mostrado inibido, conforme descrição feita anteriormente, esse fato

refletiu-se na sua baixa produtividade. O seu tipo de percepção mostrou que tanto possui capacidade de abstração e síntese ( $G = 31\%$ ), como objetividade ( $D = 54\%$ ) e pensamento minucioso e organizado ( $Dd = 15\%$ ). O elevado percentual de  $F$  ( $F = 85\%$ ) indica rigidez e estereotipia no pensamento, porém, com boa percepção da realidade, o que denota uma inteligência normal. A referida rigidez é confirmada pela elevada percentagem do conteúdo animal ( $A = 69\%$ ), que reflete também imaturidade e pouca flexibilidade. Apresenta um tipo de vivência coartativo ( $M + FM + m = 1: FC, CF, C = 1$ ), significando que apresenta alta defensividade, bem como pobreza de vida afetiva e interior. Diante de tensão externa, tem facilidade para perder o controle emocional e a apresentar motilidade excitável, tendendo a demonstrar impulsividade ( $M : FM+m = 0:1$ ). Embora tenha dado apenas uma resposta  $FC$ , que significa o domínio das emoções, a quantidade foi insuficiente, denotando inibição dos afetos. Embora tenha demonstrado interesse pelo humano ( $H = 23\%$ ), nota-se que uma resposta foi  $Hd$  (que indica inibição no contato) e houve três com conteúdo de agressividade. O nível de aspiração demonstra se tratar de uma pessoa com vontade de atingir objetivos, porém, sem energia interna para realizá-los ( $G : M = 4: 0$ ). Quanto ao seu índice de realidade, situa-se na faixa da normalidade ( $I. R.= 6$ ), demonstrando que o indivíduo permanece dentro da realidade. Isto é confirmado pela elevada percentagem de respostas populares ( $Pop = 38\%$ ) que denota adequação ao pensamento do grupo.

Quanto ao aspecto qualitativo, verificamos pela resposta à lâmina I (*Um morcego que ataca*), que ele tende a reagir com agressividade diante de situações novas. Esse conteúdo agressivo também é confirmado nas lâminas IV (*Um leão pendurado, tirado o couro, ele está suspenso não sei onde, está pendurado*) e VI (*Um homem pendurado. Deve ser uma espécie de pele*). Houve, inicialmente,

rejeição nas lâminas IV, VI e IX, que investigam, respectivamente, a relação com figuras de autoridade, sexualidade e relacionamento profundo, podendo indicar dificuldades diante dessas dimensões, porém foram rejeições vencidas no inquérito. Nas demais lâminas, suas respostas foram adequadas. Em síntese, os indicadores mostram tratar-se de uma pessoa que vive dentro da realidade, com capacidade de síntese e objetividade, porém, com características de rigidez e pouca flexibilidade, imaturidade, agressividade e pobreza afetiva.

#### **1.4 Integração entre a Entrevista e o Rorschach**

Faz-se necessário explanar algumas aproximações encontradas entre a entrevista e o Rorschach.

O comportamento vitimizado apresentado por Hilton pode estar relacionado ao alto índice de imaturidade encontrado no seu Rorschach. Suas respostas com teor agressivo podem demonstrar sua expressão de revolta diante da família. Seu pensamento organizado e sua defensividade fazem-nos acreditar que esse foi o motivo de tentar controlar a entrevista, uma vez que, não raro, fugiu das perguntas que lhe foram feitas e falava baixo, o que dificultou a escuta de seus relatos. Em suma, esses aspectos parecem ter sido um modo inteligente de não facilitar o contato conosco. A pouca capacidade de adaptação e a falta de flexibilidade podem estar associadas ao fato de ele não integrar um grupo na prisão, fazendo-o afirmar na entrevista que é um “*sem moral*” (sic). Vale lembrar também que as pessoas presas devido ao tipo de crime cometido por ele são rejeitadas pelo grupo.

A integração entre entrevista e Rorschach ficou prejudicada, uma vez que tivemos dificuldade em entrevistá-lo, devido ao barulho fora da sala e à sua fala demasiadamente baixa.

## **Caso 2: Joaquim**

### **2.1 Análise da entrevista de Joaquim**

#### *a) Concepções sobre pedofilia*

Joaquim definiu-se como uma pessoa trabalhadora e lutadora, alguém que vai em busca de suas metas. *“Para ter as coisas vou à luta. Para trabalhar vou à luta, não tenho inveja de ninguém. Se eu quiser alguma coisa, tenho que trabalhar... Para ter as coisas que desejo ter.”*

Em relação aos pedófilos, inicialmente categorizou todos como doentes mentais, mas, na medida em que a entrevista se desenvolveu, passou a subdividi-los em dois grupos: os doentes mentais e os que praticam uma única vez. Sobre o grupo dos doentes mentais relatou: *“Pedófilo é uma pessoa que... Men... Mental... Doente que... Feito um tipo de um espírito que fica atrás daquela pessoa para fazer aquela maldade.”* E ainda:

*Eu acho assim... Porque depois que uma pessoa passa pra fazer mal a uma criança assim... Viver fazendo aquele mal... Eu acho que... Do meu modo de vista eu acho que é uma doença. [...] Mas só conseguir só... O pensamento dele, a vida dele só viver pra fazer mal a uma pessoa indefesa, uma criança. Isso pra mim é... A pessoa, todos eles têm o direito de errar, mas continuar no erro isso pra mim é... É esse o tipo do erro que eles [pedófilos] sofrem. [...]*

*Então o erro, esse aí eu acho que é uma doença porque... A pessoa é muito prejudicada, muito... Muita coisa. Certo? Só o fato de ter um problema desses, está entendendo? E ele não se emendar. E se sair amanhã ou depois faz a mesma coisa, esse é que tem problema eu acho... Eu acho. Na minha opinião, né, porque eu não sou médico...*

Primeiramente, Joaquim, quando associa a pedofilia a uma doença mental, traz consigo um estigma que por muitos anos esteve relacionado à loucura, qual seja, o sobrenatural. Diante de seu relato, lembramos que, durante a Idade Média, com a ascensão religiosa, acreditava-se que portadores de doenças mentais tinham em seu corpo a possessão demoníaca, não sendo raras as histórias que se têm sobre pessoas que foram queimadas vivas na fogueira (Brito & Catrib, 2004). Em seguida, relacionou a pedofilia à repetição, afirmando que essas pessoas, quando inseridas num contexto compulsivo, sofrem, uma vez que essa prática pode ocasionar vários problemas. Podemos perceber que, embora ele não tenha se denominado como pedófilo, ao que parece, ele apresentou um discurso compreensivo acerca de tais indivíduos, quando fez a ligação entre pedofilia compulsiva e sofrimento. Sabemos que muitos pedófilos sofrem com seu comportamento. Forward e Buck (1989) já relatavam sobre esse fato. Segundo Hisgail (2007), há canais de comunicação na internet<sup>14</sup> que possibilitam aos pedófilos relatarem sobre o sofrimento e a culpa que sentem por possuírem tal compulsão.

O outro grupo de que nos falou consiste em pedófilos que praticam uma única vez:

---

<sup>14</sup> Até o ano de 2007, eram vistas comunidades no site de relacionamento Orkut com o objetivo de propor algum acolhimento aos praticantes de pedofilia. No entanto, essas comunidades foram excluídas devido a um acordo entre o Google, o Ministério Público e a Polícia Federal Brasileira.

*A pessoa pode... Feito eu, digo, não é que eu... Vou dizer que foi esse, porque a pessoa quando erra, seja qualquer erro que for, a primeira vez tudo bem, porque... Pode até se perdoar com aquele remorso. [...] A pessoa, todos eles têm o direito de errar...*

Nessa passagem podemos dizer que o participante é complacente com os que cometem a pedofilia uma única vez, podendo o ato ser perdoado através do sentimento de culpa e do remorso que surge. Podemos daí inferir que é benevolente consigo, já que cometeu a pedofilia, embora não a tenha afirmado uma vez? Estaria nesse discurso uma forma de dizer que está arrependido? Que sente culpa? Segundo Ilana Casoy, pesquisadora na área de mentes criminosas e membro consultivo da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), numa entrevista sobre pedofilia e assassinos seriais, cedida ao site Arca Universal, relatou que qualquer pessoa pode vir a se tornar um criminoso, no entanto, ele pode se arrepender e se recuperar, diferentemente de um psicopata, que não se arrepende do que fez (Gutemberg, 2010).

Mediante Anderson Sanchez, inspetor penitenciário há dez anos em Bangu II, os pedófilos que conheceu logo aprenderam a dissimular por medida de segurança. Buscam não demonstrar o crime que cometeram devido ao medo de represálias advindas de outros detentos (Agência Notisa de Jornalismo Científico, 2008). Assim, quando perguntamos a Joaquim sobre a sociedade, referiu que os pedófilos são tratados iguais a animais e que foi bastante espancado no presídio. Disse acreditar que o tratamento poderia ser útil nesses casos, sendo a psicoterapia ou o internamento os métodos mais eficazes. Sobre tratamento, alguns estudiosos

acreditam que a psicoterapia e a medicação são terapêuticos eficazes, em certos casos (Dunaigre, 1999; Spizirri, 2008; Serafim, 2008).

*b) Representações sobre as crianças*

Joaquim relaciona a imagem de uma criança ao amor e carinho que sente pelas filhas. Explicitou, por vezes, remorso, dó e pena quando vê que algumas crianças são tratadas sem carinho e sem direitos. Essa realidade, inclusive, levou-o a adotar uma criança que, na época, passava por descuidos. *“Eu... Eu... Eu sinto o mesmo... Feito eu sinto pelas minhas filhas. Amor... Amor assim... Sinto... Um carinho pela pessoa.”*

Interessante é perceber que o amor que ele sente pelas filhas precisa ser justificado como um carinho de pai. Parece em alguns momentos se preocupar com nossa forma de pensar sobre ele, justificando, assim, suas falas. Segundo o mesmo, não sente atração por crianças, *“de jeito nenhum”* (sic).

Acreditamos que o caso em questão ocorreu em decorrência da alta ingestão alcoólica juntamente com a visão que o participante possuía sobre a sua vítima, que parecia ser uma menina negligenciada pela mãe. Segundo o mesmo, a genitora da criança saía de casa à noite deixando-a sozinha com seus irmãos, sem cuidados. Marsden (2009), num estudo sobre a relação entre pedofilia e substâncias tóxicas (álcool e heroína), revelou que esses usuários, quando sob efeito da droga, apresentam comportamentos de impulsividade em altos níveis. Desse modo, o ato pedofílico pode ser cometido por um indivíduo em decorrência da toxicod dependência. Ao mesmo tempo, lembramos a pesquisa de Elliot, Browne e Kilcoyne (1995) no que se refere à falta de cuidados que o participante acreditava

haver na relação mãe–filha. Assim, interrogamo-nos se Joaquim faria parte do grupo de abusadores sexuais infantis que selecionam a vítima que parece não ter alguém de confiança que a proteja.

*c) Instauração ou não do sentimento de culpa*

O abuso sexual não foi admitido por Joaquim. Explica-nos que foi um mal-entendido, na tentativa de velar o ocorrido. Disse-nos que a mãe da menina é “*alvorçada e metida a valente*” (sic) por isso o denunciou. Talvez ele acreditasse que essa mãe não iria fazer nada, por negligenciar os cuidados com a filha.

*“Eu disse que não estuprei ninguém, nada.”*

Podemos dizer que Joaquim demonstrou simpatia ao abusador; mesmo não admitindo o ocorrido, ele alegou que, em alguns casos, a existência do sentimento de culpa pode fazer com que o indivíduo reconheça o erro. Será que na complacência aos atos cometidos por abusadores, desde que ocorra uma vez, o participante não quer dizer que está se sentindo culpado? Ao ser questionado se ocorreu mais de uma vez, ele disse que foi só um episódio. Contudo, nos chamou a atenção o fato de que ele falou de uma maneira muito apropriada sobre os abusadores compulsivos, os quais sofrem por serem escravos de seus impulsos. Perguntamo-nos se com isso ele não estaria buscando dizer-nos que é o que ocorre com ele? Ou seja, tratar-se-ia de um sofrimento em decorrência de abusos sexuais cometidos contra crianças?

## 2.2 Psicograma de Joaquim

Localização	Determinantes	Conteúdos	Fenômenos Especiais
G% = 20% D% = 73% Dds% = 7%	$\Sigma F\% = 87\%$ F+% = 92% FC = 1 CF = 1 FM = 1	H = 1 Hd = 4 (H) = 2 A = 4 Sexo = 2 Anat = 2	Respostas de eixo = 9 Indefinição quanto ao sexo = 2
R = 15 Pop% = 33% IR = 3	M+FM+m: FC+CF+C = 1: 1 G: M = 3 : 0	A% = 27% H% = 46%	M : FM + m = 0: 1 FC: CF+C = 1: 0

## 2.3 Análise do Psicodiagnóstico de Rorschach

Joaquim apresentou um número de respostas dentro do esperado ( $R = 15$ ), o que indica capacidade de produção. O tipo de percepção denota uma pessoa mais concreta e objetiva ( $D = 73\%$ ), em detrimento da capacidade de abstração e síntese ( $G = 20\%$ ) e da minuciosidade e organização ( $Dd = 7\%$ ). Os elevados percentuais das respostas de forma ( $F = 87\%$ ) e forma positiva ( $F+ = 92\%$ ) indicam uma pessoa extremamente rígida e estereotipada, o que é confirmado pela sucessão rígida. Consequentemente, os demais determinantes ficaram prejudicados apresentando apenas  $FC = 1$  e  $FM = 1$ . Denotou um conteúdo animal abaixo da média ( $A = 27\%$ ), demonstrando ser uma pessoa que parece levar a vida com muita seriedade e rigidez. O conteúdo humano dominou o teste ( $H = 70\%$ ), porém, a maioria das respostas refere-se a  $Hd = 7$  e  $(H) = 2$ , que indicam dificuldade e inibição no relacionamento com os outros. Tais relações parecem ser críticas, uma vez que a maioria das respostas equivale a partes de humanos. A baixa frequência de

respostas com determinantes de cor reforça essa dificuldade. A presença de apenas um determinante FC denota a tentativa de controle da afetividade, o que confirma a sua característica de inflexibilidade, embora deseje estabelecer relação interpessoal pois o percentual de repostas populares foi alto (Pop = 33%). A fórmula que mostra o controle interno ( $M : FM + m = 0: 1$ ) indica uma pessoa incapaz de controlar seus impulsos mais primitivos. Seu índice de realidade apresenta-se como hipoplástico (I..R.= 3), ou seja, pouco baixo no que se refere ao contato com a realidade. Sua preferência pelo centro das lâminas (nove respostas), fenômeno denominado resposta ao eixo, denota fuga ao meio, como sinal de insegurança, defensividade e paranoia.

Na análise qualitativa, vimos que houve o conteúdo sexo nas lâminas II e VII, aliado à indefinição quanto ao sexo nas lâminas III e VII, o que denota dificuldade nessa área. Na lâmina X, não houve êxito, sendo a resposta inadequada, indicando dificuldades em encerrar situações. Nas demais lâminas podemos dizer que as respostas estão dentro do esperado.

Em síntese, seus dados demonstraram tratar-se de uma pessoa que deseja relacionar-se, porém, apresenta inibição, insegurança, bloqueio, defensividade e paranoia no contato com o ambiente e com as pessoas.

## **2.4 Integração entre a Entrevista e o Rorschach**

Percebemos, através da entrevista e do Rorschach, que Joaquim é um indivíduo com bastante defensividade diante das pessoas: tanto suas respostas ao centro das figuras (são as percepções apresentadas pelo analisando que se encontram no meio da figura-mancha do Rorschach) como o fato de ter nos dado

um nome inexistente nos arquivos do presídio corroboram nossa impressão. Seu alto índice de respostas com conteúdo Hd (detalhes humanos), o percentual baixo de respostas globais (G) e falas obtidas na entrevista, revelam a dificuldade que possui de noção de conjunto, ou seja, não percebe o outro em seu todo, o que pode demonstrar não aceitação às diferenças ou mesmo desvalorização de outrem. Em sua entrevista esse aspecto pode estar associado ao relato indiferente quanto à sua atual companheira (*Não é um negócio de marido e mulher. Não é namorada, é só pra dizer que tem*).

A integração entre a entrevista e o Rorschach é escassa, uma vez que a primeira nos apresentou poucos dados para relacionar ao teste. Salientamos também o quanto se torna difícil integrar esses instrumentos sem que haja um acompanhamento ao participante. Reforçamos que a coleta dos dados ocorreu no mesmo dia, num ambiente onde havia muito barulho e durante aproximadamente uma hora – que, em média, é pouco para saber informações sobre a vida de uma pessoa que, acima de tudo, mantém-se na defensiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as peculiaridades psíquicas de dois indivíduos reclusos por terem praticado violência de natureza pedofílica. Podemos perceber que nos dois casos apresentados, embora diferentes quanto ao modo como foi exercida a violência sexual (intra e extrafamiliar), há nos entrevistados algumas características semelhantes, quando consideramos o Rorschach, tais como: pensamento organizado, rigidez, defensividade, impulsividade, inibição afetiva, insegurança, imaturidade. Algumas dessas

características confirmam resultados de pesquisas anteriores (Bridge et al, 1998, citados por Rossetto & Schubert, 2000; Ward & Kennan, 1999, citados por Moura, 2007).

Ambos os participantes também negaram terem praticado o abuso sexual. Em relação à existência de sentimentos de culpabilização, acreditamos que o primeiro protagonista não apresenta. Já o segundo levou-nos a questionar se haveria esse sentimento, pois, apesar de negar, ele nos deu indícios de que pode haver um sofrimento e até mesmo um arrependimento.

Acreditamos que esta investigação pode contribuir para pesquisas futuras no sentido de estimular o estudo do abuso sexual através do Psicodiagnóstico do Rorschach, pois há uma escassez de estudos com o referido instrumento na nossa realidade. Salientamos ainda que há poucos estudos específicos sobre os abusadores sexuais de crianças.

Por fim, gostaríamos de reconhecer as limitações do estudo que contou com a resistência das pessoas em participar e condições adversas para o atendimento (sala precária, em meio a barulho, participantes chamados na frente de outros, apenas um encontro, dificuldade de acesso aos prontuários). Além disso, trata-se apenas de dois indivíduos, de modo que, embora eles tenham apresentado características comuns, não se deve fazer um enquadramento em determinado perfil, mas atentar para a peculiaridade de cada caso.

## REFERÊNCIAS

- Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia: monstro ou doente? *Psique Ciência e Vida*, 27, 33-39.
- Almeida-Prado, M. do C. C. de. (2004). *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana*. São Paulo: Vetor.
- Almeida-Prado, M. do C. C. de & Pereira, A. C. C. (2008, abril-junho). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de Psicologia*, 25. Recuperado em 15 de setembro, 2010, de [www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf)
- Barreto, M. de P. (2008). In. L. Diniz e L. Coutinho (2009, 25 de março). Violadas e feridas dentro de casa. *Veja*, 12, 82- 90.
- Batista, W. J. (2009). A perversão comum: viver juntos sem outro. *Cadernos de Psicanálise*, 22. Recuperado em 27 de janeiro, 2011, de [http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/18.A\\_perversao\\_comum\\_viver\\_juntos\\_em\\_outro.pdf](http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/18.A_perversao_comum_viver_juntos_em_outro.pdf)
- Brasil. (1940). *Código Penal*. Recuperado em 22 de abril, 2008, de [http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp\\_DL2848.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf)

Brito, H. B. de & Catrib, A. M. F. (2004, maio-agosto). Representação social e do adoecer psíquico. *Estudos de Psicologia*, 9. Recuperado em 15 de outubro, 2010, de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26190210.pdf>

Calligaris, C. (2002, abril). *A fantasia do pedófilo*. Recuperado em 13 de maio, 2008, de [http://contardocalligaris.blogspot.com/2002\\_04\\_01\\_archive.html](http://contardocalligaris.blogspot.com/2002_04_01_archive.html)

Del-Fraro Filho, J. (2004, dezembro). Uma possível articulação entre neurose traumática e atuações pedofílicas. *Reverso*, 26. Recuperado em 16 de novembro, 2007, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/reverso/v26n51/v26n51a07.pdf>

Diniz, L. & Coutinho, L. (2009, 25 de março). Violadas e feridas dentro de casa. *Veja*, 12, 82- 90.

Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In UNESCO (Org.), *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp. 09- 23). Rio de Janeiro: Garamond.

Dunker, C. I. L. (2010, 05 de março). Dossiê – Perversão. *Cult*, 144. Recuperado em 26 de janeiro, 2010, de <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/dossie-perversao/>

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In. A. Cabral (Trad.), *Obras completas de Sándor*

*Ferenczi* (Vol. Psicanálise IV pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes.  
(Originalmente publicado em 1933)

Forward, S & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*.  
(S. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.

Freud, S. (1996). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess – Carta 69. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 01 pp. 309- 311). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897)

Gutemberg, C. (2010, 14 de maio). Ilana Casoy, pesquisadora de mentes criminosas. *Arca Universal*. Recuperado em 16 de novembro, 2010, de [http://www.arcauniversal.com/entrevistas/noticias/ilana\\_casoy\\_pesquisadora\\_de\\_mentes\\_criminosas-862.html](http://www.arcauniversal.com/entrevistas/noticias/ilana_casoy_pesquisadora_de_mentes_criminosas-862.html)

Hisgail, F. (2007). *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras.

Marques, H. M. de V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicopatológicos dos protagonistas de incesto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília.

Marsden, V. F. M. G. (2009, maio). Pedofilia, transtorno bipolar e dependência de álcool e opioides. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58. Recuperado em 20 de maio,

2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852009000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852009000200009&lng=pt&nrm=iso)

Minayo, M. C. (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26<sup>a</sup> ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Moura, A. da S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rossetto, M. Â. C.; Schubert, R. (2000, janeiro/ junho). Pedofilia – Estudo de caso. *Psikhê: Revista do Curso de Psicologia do Centro Universitário FMU*, 5. Recuperado em 16 de fevereiro, 2008, de [http://portal.fmu.br/graduacao/psicologia/arquivos/revista\\_psike/psikhe-v.5-n.1.pdf](http://portal.fmu.br/graduacao/psicologia/arquivos/revista_psike/psikhe-v.5-n.1.pdf)

Ramos, M. C. da R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco.

Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Serafim, A. de P. (2008). In. Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia : monstro ou doente? *Psique Ciência e Vida*, 27, 32- 39.

Spizirri, G. (2008). In. Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia : monstro ou doente? *Psique Ciência e Vida*, 27, 32- 39.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.

Vaz, C. E. (1990). *O Rorschach: teoria e desempenho*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 07- 72). Petrópolis, RJ: Vozes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência perpassa os nossos dias através das mais diversas nuances. Numa sociedade “adultocêntrica” (Almeida-Prado, 2004), onde se prioriza o prazer adulto, as crianças são os objetos de diversos tipos de abusos, dentre eles o de ordem sexual. Pedofilia, pornografia, incesto, exploração sexual infantil, dentre outros, vários são os nomes e tipos de abusos que um adulto pode praticar contra uma criança. Tais ações podem causar diversos prejuízos às vítimas, por esse motivo, durante anos, os estudos recaíram apenas sobre elas.

Com o passar do tempo, foi se percebendo a importância de escutar também os protagonistas de tais ações, uma vez que pode contribuir para medidas interventivas sobre a problemática. No que se refere à pedofilia, temos nos defrontado com ela praticamente diariamente. Nesse sentido, medidas preventivas são instauradas na sociedade como um meio de evitar novas ocorrências. A internet é um dos polos que mais instigam pedófilos a praticarem suas ações, uma vez que preserva a identidade de seus usuários, mas também é um meio pelo qual se motiva a população a exercer a prática da denúncia.

Sendo assim, a pesquisa almejou, através de uma perspectiva psicanalítica, investigar as representações que pedófilos possuem sobre si e suas vítimas, na busca de ampliar o enfoque dado a essa temática que, por vezes, é apenas tratada através de leituras moralistas e de medidas punitivas que pouco auxiliam na elaboração de políticas públicas de caráter preventivo.

Participaram desta pesquisa três indivíduos, sobre os quais foi possível constatar que o primeiro participante parece não corresponder a uma dinâmica psíquica de ordem perversa. Essa percepção possibilita-nos refletir diferentemente

sobre os atores do abuso sexual contra crianças, uma vez que os meios de comunicação geralmente nos informam que tais pessoas não são dignas de serem vistas como humanos e, assim, merecem sentimentos de repugnância. Sobre o entrevistado podemos ainda dizer que ele foi tomado por um forte sentimento de culpa. Este foi encontrado em muitos trechos de seu discurso, o que nos faz pensar na instalação de um transtorno depressivo.

Quanto aos participantes que compõem o terceiro artigo afirmamos que foram casos bastante difíceis de analisar, principalmente, devido à resistência de ambos para falar. Contudo, convém lembrar o quanto este tema é difícil de discorrer, além de estarem reclusos por conta deste crime. No entanto, em meio às dificuldades encontradas, percebemos em tais participantes aspectos semelhantes, tais como: defensividade, vitimização e inibição afetiva. No segundo entrevistado, envolvido num caso de incesto, percebeu-se que o desprezo por parte da sua família de origem, o fez tornar-se uma pessoa com baixa autoestima. Durante as entrevistas foi observado o quanto ter o apoio da família, mesmo quando não há concordância com a ocorrência da pedofilia, torna os presidiários confiantes e dispostos a enfrentar a situação. Isto foi visto no terceiro participante, um caso de pedofilia extrafamiliar, ao se referir com muito apreço à família de origem.

Neste estudo, a pedofilia foi compreendida como qualquer prática sexual exercida por um adulto contra uma criança ou pré-púbere, podendo os atos variar desde a contemplação de fotos e filmes eróticos até estupros praticados contra esses menores. Então, ao que parece, há diversas facetas de práticas pedofílicas, ou seja, ela não deve ser percebida apenas sob os fundamentos do DSM IV. Segundo Mayers e Horwitz (2005, citado por Araújo, 2009), a quantidade de transtornos sexuais de que se tinha notícia no DSM III mais do que triplicou no DSM

IV. Assim, a Psiquiatria fragmenta os comportamentos sexuais desviantes, transformando-os em entidades isoladas de patologias mentais.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para alertar sobre a vulnerabilidade dos critérios psiquiátricos. Foi possível avaliarmos que não há “O pedófilo”, tal qual instituído pela medicina psiquiátrica, mas há abusadores sexuais com distintas constituições psíquicas.

Embora reconheçamos o limite da nossa investigação, dado não apenas a escassez de estudos sobre a temática, como também a dificuldade em relação à coleta de informações junto aos protagonistas; acreditamos que poderemos contribuir singelamente para o aprimoramento de medidas de ressocialização e até mesmo de prevenção contra as recorrências. Faz-se necessário lembrar que as penitenciárias apresentam em sua estrutura física uma superlotação que, por vezes, provoca a morte de detentos, não raro dos abusadores sexuais. Também é importante pensar para onde vão esses protagonistas quando retornarem para a sociedade? Estarão preparados para entrar em contato com crianças ou pré-púberes? Certamente, e como foi dito, cada caso possui suas peculiaridades, no entanto, ficam-nos os questionamentos e até mesmo a curiosidade em saber como se torna o percurso de vida de uma pessoa após a condenação por abuso sexual contra crianças. Daí as questões: existe reincidência? Qual o percentual? Diante de um transtorno compulsivo, a pedofilia não pode ser encarada apenas com a responsabilização e a punição, sendo necessário tratamento. Até onde se sabe as redes de apoio a abusadores sexuais contra crianças são poucas. Como exemplo, pode-se citar a iniciativa criada pelo Programa Repropondo, coordenado pela psicóloga Karen Esber, em Goiana- GO. Este programa atendeu alguns abusadores, do Complexo da Agência Goiana do Sistema Prisional, e adolescentes

em privação de liberdade, do Centro de Internação de Adolescentes (CIA), a partir do qual, mediante Karen, obtiveram-se bons resultados. Segundo ela, os indivíduos que foram atendidos passaram por mudanças no comportamento, o que a leva a acreditar na ressignificação, além de perceber a possibilidade de tais pessoas sentirem-se beneficiadas com atendimentos psicológicos. Goiana é apenas uma entre tantas localidades que enfrentam essa problemática, no entanto, buscou defrontar-se com ela de modo diferente, optando por escutar tais protagonistas, deixando-nos o exemplo de que outras cidades também poderão implementar e acompanhar seu tratamento.

## REFERÊNCIAS

- Aded, N. L. de O., Dalcin, B. L. G. da S., Moraes, T. M de & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista Psiquiatria Clínica*, 33, 204- 213.
- Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia: monstro ou doente? *Psique ciência e vida*, 27, 33-39.
- Almeida-Prado, M. do C. C. de. (2004). *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana*. São Paulo: Vetor.
- Almeida-Prado, M. do C. C. de & Pereira, A. C. C. (2008, abril-junho). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de psicologia*, 25. Recuperado em 15 de setembro, 2010, de [www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf)
- Associação Psiquiátrica Americana. (1995). *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* (4 ed.). (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barreto, M. de P. (2008). In. L. Diniz e L. Coutinho (2009, 25 de março). Violadas e feridas dentro de casa. *Veja*, 12, 82- 90.
- Batista, W. J. (2009). A perversão comum: viver juntos sem outro. *Cad. Psicanálise*, 22. Recuperado em 27 de janeiro, 2011, de

[http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/18.A\\_perversao\\_comum\\_viver\\_juntos\\_s\\_em\\_outro.pdf](http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/18.A_perversao_comum_viver_juntos_s_em_outro.pdf)

Bowlby, J. (1998). Separação: Angústia e raiva. In L. H. B. Hegenberg, O. S. da Mota e M. Hegenberg (Trads.), *Trilogia Apego e perda* (Vol. II. pp. 03- 62). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1907)

Brasil. (1940). *Código Penal*. Recuperado em 22 de abril, 2008, de [http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp\\_DL2848.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf)

Brito, H. B. de & Catrib, A. M. F. (2004, maio-agosto). Representação social e do adoecer psíquico. *Estudos de psicologia*, 9. Recuperado em 15 de outubro, 2010, de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26190210.pdf>

Calligaris, C. (2002, abril). *A fantasia do pedófilo*. Recuperado em 13 de maio, 2008, de [http://contardocalligaris.blogspot.com/2002\\_04\\_01\\_archive.html](http://contardocalligaris.blogspot.com/2002_04_01_archive.html)

Caravelas, L. (2008). *Abuso sexual: abrindo feridas na alma*. Recife: Casa de Passagem.

Carelli, G. (2002, 27 de março). Médico e monstro...: preso pediatra que molestava crianças no consultório e filmava tudo em vídeo. *Veja*, 1174. Recuperado em 05 de julho, 2010, de [http://veja.abril.com.br/270302/p\\_090.html](http://veja.abril.com.br/270302/p_090.html)

Carvalho, O. de. (2002). Cem anos de pedofilia. *O Globo*. Recuperado em 03 de novembro, 2007, de <http://www.olavodecarvalho.org/semana/04272002globo.htm>

Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (2000, novembro). *O incesto: O abuso sexual intrafamiliar*. Recuperado em agosto, 2010, de [www.cedeca.org.br/PDF/incesto\\_cohen.pdf](http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto_cohen.pdf) agosto de 2010

*Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988, 5 de outubro). Recuperado em 22 de abril, 2008, de <http://www.unicentro.br/neddi/constituicao.pdf>

De Masi, F. (2008, abril). O pedófilo e seu mundo interno: Considerações teóricas e clínicas sobre a análise de um paciente. In *Anais da Conferência Internacional de Clínica Psicanalítica, 2*. Recuperado em 04 de novembro, 2009, de [www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/capsa2008\\_franco1.doc](http://www.febrapsi.org.br/publicacoes/artigos/capsa2008_franco1.doc)

Del-Fraro Filho, J. (2004, dezembro). Uma possível articulação entre neurose traumática e atuações pedofílicas. *Reverso, 26*. Recuperado em 16 de novembro, 2007, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/reverso/v26n51/v26n51a07.pdf>

Diniz, L. & Coutinho, L. (2009, 25 de março). Violadas e feridas dentro de casa. *Veja, 12*, 82- 90.

Dunaigre, P. (1999). O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In UNESCO (Org.), *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp. 09- 23). Rio de Janeiro: Garamond.

Dunker, C. I. L. (2010, 05 de março). Dossiê – Perversão. *Cult*, 144. Recuperado em 26 de janeiro, 2010, de <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/dossie-perversao/>

Escosteguyr, D. (2009, 15 de julho). Cultura de Pedofilia. *Veja.com*, 2121. Recuperado em 02 de julho, 2010, de <http://veja.abril.com.br/150709/cultura-pedofilia-p-056.shtml>

Felipe, J. (2006, janeiro/ junho). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26. Recuperado em 26 de outubro, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>

Ferraz, F. C. (s.d.). Uma breve revisão da noção de perversão na obra de Freud. *Pulsional*, 131, 05- 119.

Ferreira, A. (2009, 24 de novembro). Juiz acusado de pedofilia é afastado. *Folha de Pernambuco digital*. Recuperado em 02 de julho, 2010, de <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-grande-recife/538412?task=view>

Ferenczi, S. (1992). Psicanálise e criminologia. In. A. Cabral (Trad.), *Obras completas de Sándor Ferenczi* (Vol. Psicanálise IV pp. 193- 207). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1928)

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão. In. A. Cabral (Trad.), *Obras completas de Sándor*

*Ferenczi* (Vol. Psicanálise IV pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes.  
(Originalmente publicado em 1933)

Folha.com. (2009, 20 de setembro). Para presidente da CPI da pedofilia uso de inibidor sexual favorece criminoso. Recuperado em 23 de março, 2010, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u626563.shtml>

Folha Online. (2010, 11 de maio). *Em meio à crise de pedofilia, Bento 16 é bem recebido em Portugal*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u733425.shtml>

Forward, S & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: O incesto e sua devastação*. (S. Flaksman, Trad.).Rio de Janeiro: Rocco.

Freud, S. (1996). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess – Carta 69. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 01 pp. 309- 311). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1897)

Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 07 pp. 119-217). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)

Freud, S. (1996). Totem e tabu. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13 pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913)

Freud, S. (1996). O ego e o id. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19 pp. 25-80). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923)

Freud, S. (1996). O problema econômico do masoquismo. In. J. Salomão (Trad.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19 pp. 175- 188). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924)

Freud, S. (2010). O mal-estar na cultura. In. R. Zwick (Trad.), *Coleção L&PM POCKET* (Vol. 850 pp. 39-191). Porto Alegre: L&PM. (Originalmente publicado em 1930)

Guareschi, N. M. de F., Diniz, J. C., Comunello, L. N. & Nardini, M. (2005, janeiro/junho). Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência. *Revista Psicologia Política da Sociedade Brasileira de Psicologia Política*, 5. Recuperado em 01 de junho, 2009, de [http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver\\_volume.php?cod=40](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver_volume.php?cod=40)

Guizzo, B. S. & Felipe, J. (2003). Discutindo a “pedofilização” da sociedade e o consumo dos corpos infantis [CD-ROM]. In *Anais do Congresso de Leitura do Brasil, 14*. Campinas: Unicamp.

Gutemberg, C. (2010, 14 de maio). Ilana Casoy, pesquisadora de mentes criminosas. *Arca Universal*. Recuperado em 16 de novembro, 2010, de [http://www.arcauniversal.com/entrevistas/noticias/ilana\\_casoy\\_pesquisadora\\_de\\_mentes\\_criminosas-862.html](http://www.arcauniversal.com/entrevistas/noticias/ilana_casoy_pesquisadora_de_mentes_criminosas-862.html)

Haworth, A. (2008, 01 de setembro). *Descoberto como os sentimentos de culpa ligam-se à depressão*. Recuperado em 24 de setembro, 2010, de <http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=descoberto-como-os-sentimentos-de-culpa-ligam-se-a-depressao>

Hisgail, F. (2007). *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras.

Jc Online. (2009, 11 de março). *Padrasto tentou se suicidar em presídio*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2009/03/11/padrasto-tentou-se-suicidar-em-presidio-181485.php>

Jc Online. (2010, 11 de abril). *Garota de 10 anos que fez aborto legal recebe alta do Cisam*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2010/04/11/garota-de-10-anos-que-fez-aborto-legal-recebe-alta-do-cisam-218972.php>

Landini, T. S. (2003). Pedófilo quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, 19. Recuperado em 03 de novembro, 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a09v19s2.pdf>

Landini, T. S. (2004). Pedofilia e pornografia infantil – algumas notas. In A. Piscitelli, M. F. Gregori & S. Carrara (Orgs.), *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. (pp. 319- 342). Rio de Janeiro: Garamond.

Landini, T. S. (2005). *Horror, honra e direitos: Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.

Lanteri-Laura, G. (1979). *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário de psicanálise* (2 ed.). São Paulo: Martins Fontes.

*Lei n. 11. 829, de 25 de novembro de 2008*. (2008, 25 de novembro). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. Recuperado em 27 de novembro, 2008, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm)

*Lei n. 12. 015, de 07 de agosto de 2009*. (2009, 07 de agosto). Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e

revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Recuperado em 11 de agosto, 2009, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm)

Lévi-Strauss, C. (1969). O problema do incesto. In: M. Canevacci (Org.), (1984). *Dialética da família* (3 ed.) (pp. 176-195). São Paulo: Brasiliense.

Marques, H. M. de V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicopatológicos dos protagonistas de incesto*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília.

Marsden, V. F. M. G. (2009, maio). Pedofilia, transtorno bipolar e dependência de álcool e opioides. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58. Recuperado em 20 de maio, 2010, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852009000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852009000200009&lng=pt&nrm=iso)

Minayo, M. C. (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26 ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mira, D. D. R. & Pinheiro, M. A. (2008). *Pedofilia virtual: uma reflexão sobre a legislação vigente*. Recuperado em 26 de maio, 2010, de <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/a-pedofilia-virtual-uma-reflexao-sobre-a-legislacao-vigente>

Moura, A. da S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mayers, R. & Horwitz, A. V. (2005). DSM III and the revolution in the classification of mental illness. In. L. R. Araújo (2009). *Transexualidade: dos transtornos às experiências singulares*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco.

Narvaz, M. G. (2005). Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nascimento, C. I. do. (2002). Pegadas da pedofilia: vidas marcadas. *Direito e Descoberta*, 2, 74- 84.

Oda, A. M. G. R. (2001, de dezembro). A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry on Line Brazil*,6. Recuperado em 08 de abril, 2008, de <http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>

O Globo. (2010, 21 de abril). *Padre acusado de pedofilia em Alagoas vai para prisão domiciliar; igreja cogita expulsão*. Recuperado em 04 de julho, 2010, de <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2010/04/20/padre-acusado-de-pedofilia-em-alagoas-vai-para-prisao-domiciliar-igreja-cogita-expulsao-916391777.asp>

Paiva, A. P. (2008, 03 de setembro). Brasil é o quarto no ranking da pedofilia, diz PF. *Estadão*. Recuperado em 27 de maio, 2009, de <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-e-o-quarto-no-ranking-da-pedofilia-diz-pf,235791,0.htm>

Peixoto Jr, C. A. (1999). *Metamorfoses entre o sexual e o social: uma leitura da teoria psicanalítica sobre a perversão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Pe360graus.com. (2009, 17 de junho). *Congresso Internacional de Combate à Pedofilia, Pornografia Infantil e Turismo Sexual*. Recuperado em 18 de junho, 2009, de <http://pe360graus.globo.com/noticias/cidades/criancas-e-adolescentes/2009/06/17/NWS,492690,4,87,NOTICIAS,766-CONGRESSO-INTERNACIONAL-DISCUTE-COMBATE-PEDOFILIA-TURISMO-SEXUAL.aspx>

PF procura pedófilos no estado. (2010, 08 de dezembro). *Diário de Pernambuco*, p. C1.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010). *Municípios que compõem as regiões metropolitanas*. Recuperado em 10 de outubro, 2010, de <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Regiao%20Metropolitana%20-%20ordem%20alfabetica.htm>

Ramos, M. C. da R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco.

Ribeiro, M. A., Ferriani, M. das G. C. & Reis, N. dos. (2004, de março/ abril). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Revista Cadernos de Saúde Pública*, 20, 456-464. Recuperado em 01 de junho, 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/13.pdf>

Rossetto, M. Â. C.; Schubert, R. (2000, janeiro/ junho). Pedofilia – Estudo de caso. *Psikhê: Revista do Curso de Psicologia do Centro Universitário FMU*, 5. Recuperado em 16 de fevereiro, 2008, de [http://portal.fmu.br/graduacao/psicologia/arquivos/revista\\_psike/psikhe-v.5-n.1.pdf](http://portal.fmu.br/graduacao/psicologia/arquivos/revista_psike/psikhe-v.5-n.1.pdf)

Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Safernet Brasil. (s.d.). *Indicadores: central nacional de denúncias*. Recuperado em 17 de agosto, 2010, de <http://www.safernet.org.br/site/indicadores>

Serafim, A. de P. (2008). In. Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia : monstro ou doente? *Psique ciência e vida*, 27, 32- 39.

Serafim, A. de P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I. & Barros, D. M. de. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista Psiquiatria Clínica*, 36, 105- 111.

Silva, M. N. M. (2007, março). Crianças e adolescentes: As vítimas de maus-tratos e negligencia precoce. *Revista Associação Brasileira de Psicopedagogia*. Recuperado em 12 de novembro, 2010, de <http://www.abpp.com.br/artigos/80.htm>

Spizirri, G. (2008). In. Agência Notisa de Jornalismo Científico. (2008, 25 de março). Pedofilia : monstro ou doente? *Psique ciência e vida*, 27, 32- 39.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.

Vaz, C. E. (1990). *O Rorschach: teoria e desempenho*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Werthein, J. & Gregori, J. (1999). Introdução. In UNESCO (Org.), *Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet*. (pp. 07- 08). Rio de Janeiro: Garamond.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 07- 72). Petrópolis, Rj: Vozes.

## **ANEXOS**

**Anexo A** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Anexo B** – Roteiro de Entrevista

**Anexo C** - Codificação da classificação do Rorschach

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Título da pesquisa – O que é pedofilia e quem é o pedófilo?

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo principal consiste em investigar as representações psíquicas que os pedófilos têm de si e de suas vítimas. Pretendemos, ainda, analisar os sentimentos que possuem ao praticar o ato; os possíveis fatores que geram a pedofilia e investigar, em que medida se instaura ou não o sentimento de culpa na pedofilia.

Esperamos que os resultados desta pesquisa proporcionem uma discussão sobre medidas interventivas quanto ao tratamento e ressocialização dessa população. Além do mais, esperamos que os resultados possam ser úteis aos participantes da pesquisa (pedófilos), seus familiares e comunidades, proporcionando orientação e/ou ajuda para a melhor compreensão dessa psicopatologia.

Essa pesquisa não oferece riscos físicos e/ou emocionais para os participantes envolvidos. Porém, sabemos que qualquer situação que envolve pessoas pode causar algum tipo de desconforto, principalmente quando se trata de um tema relacionado ao mundo particular de cada um. Por trabalharmos com questões muito íntimas, tentaremos alcançar os objetivos da pesquisa da forma mais respeitosa possível, considerando todos os aspectos éticos do processo. De todo modo, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo.

Eu, (nome do participante), dou meu consentimento para minha participação como voluntário desta pesquisa, sob a responsabilidade da pesquisadora Vanessa Carneiro Bandeira de Carvalho, mestrande da Universidade Católica de Pernambuco e orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Leila Fontes Vieira.

Após ouvir os esclarecimentos, assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ciente de que:

- 1) Durante o estudo participarei de duas entrevistas que duram em média 1 hora e meia. As entrevistas serão compostas de questões relacionadas aos objetivos acima mencionados, como também. aplicaremos um texto psicológico chamado Rorschach que consiste em mostrar algumas figuras e você dizer o que ver e percebe.
- 2) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
- 3) As entrevistas serão gravadas e meus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 4) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que for encerrada.
- 5) Poderei contactar o Comitê de Ética da UNICAP (Rua do Príncipe, nº526, Boa Vista, Fone:2119-4376) para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Assinatura do Participante  
Número do RG:

## ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Dados Caracterológicos

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Estado Civil:

Religião:

- 1) Se alguém lhe perguntasse: Quem é você? Como você se definiria?
- 2) O que significa ser pedófilo?
- 3) O que você pensa quando olha uma criança?
- 4) O que lhe atrai nas crianças?
- 5) Como você descreve essa atração em termos de sentimento?
- 6) Quando e como você se deu conta que se sentia atraído por crianças?
- 7) Como você se aproxima das crianças para possibilitar uma aproximação erótica?
- 8) Quais sentimentos e sensações você experimenta antes e depois das investidas sexuais?
- 9) Você acha que as crianças são vítimas?
- 10) O que você pensa sobre os valores da sociedade acerca deste tema?
- 11) Como você descreveria o seu ambiente familiar?
- 12) Como era sua relação com seus pais?
- 13) Como você descreveria sua infância?
- 14) Você possui algum (a) companheira (o)?
- 15) Se sim, como foi para a(o) companheira(o) vivenciar esta situação?
- 16) Como é a sua relação com seu companheiro? Mudou alguma coisa depois da denúncia?
- 17) Você tem filho? Quais são as idades?
- 18) Se sim, como você se relaciona com eles?
- 19) Você também sente atração pelos seus filhos (caso sejam crianças)?
- 20) Você acredita que a pedofilia é uma doença?
- 21) Você acha que poderia ser ajudado por psiquiatras e psicólogos?
- 22) Você desejaria fazer um acompanhamento medicamentoso e psicoterápico?
- 23) Você adota algum comportamento para prevenir os atos/ pensamentos pedofílicos?
- 24) Você acredita que teve algum acontecimento em especial na sua vida que desencadeou a pedofilia?
- 25) Você já foi abusado sexualmente por alguém?

## ANEXO C - CODIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RORSCHACH<sup>15</sup>

<b>Código</b>	<b>Área da localização</b>
G	Resposta global
D	Resposta com detalhe
Dd	Resposta com detalhe incomum
Dds	Resposta com detalhe no branco

<b>Código</b>	<b>Determinantes</b>
F	O total das respostas de forma simples (forma pura): F +, F - e F +/-
F+	Forma de boa qualidade
F-	Forma de má qualidade
F+/-	Quando os elementos trazidos pelo examinando não permitem qualificar a forma do F+ nem de F-
M	O total das respostas de movimento humano: M+, M-, M+/-
M+	Movimento humano de boa qualidade
M-	Movimento humano de má qualidade
FM	Movimento animal
FC, CF, C	Cor "cromática" em que é percebido o conteúdo, com forma definida, vaga ou sem forma (resposta de cor pura)
Fc, cF, c	Sombreado de tipo "textura", com forma definida, não bem definida, ou sem forma

<b>Código</b>	<b>Conteúdo</b>
H	Humano (quando a figura humana verbalizada é vista por inteiro)
(H)	Humano descaracterizado do humano, com conotações: sobrenaturais, mitológicas, em estátua, figuras lendárias ou de contos "estóricos"
Hd	Detalhe ou parte humana
A	Animal quando é visto por inteiro
(A)	Animal com conotações de humano ou de sobrenatural
Ad	Detalhe animal
Sg	Sangue
Sexo	Relacionado a sexo e órgãos sexuais
PI	Planta: flores, floresta
Obj	Objeto
Anat	Anatômico, ossos ou órgãos internos ao corpo humano ou animal
Fogo	Que esteja relacionado com fogo

<sup>15</sup> Baseado na classificação de Cícero Vaz (1990, p. 64 e 65). Estão apenas as classificações dadas em respostas pelos participantes da pesquisa, a quantidade de classificações no Rorschach é maior que o exposto.

